

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 98

Poder Legislativo

Recife, sexta-feira, 1º de junho de 2007

Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Política

Debates serão intensificados a partir da próxima semana

A partir da próxima semana, os debates políticos ficarão mais intensos na Assembleia. A Casa deverá instalar a Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Política. O anúncio foi feito, ontem, durante as discussões no ato de lançamento do Movimento por uma Reforma Política Ampla, Democrática e Participativa. A Frente é de iniciativa da deputada Teresa Leitão (PT) e atende, também, às reivindicações de entidades da sociedade civil, que entregaram carta descrevendo pontos da plataforma ao presidente da Alepe, deputado Guilherme Uchoa (PDT).

Teresa, que presidirá a Frente, informou que o colegiado terá amplo envolvimento da sociedade e realizará reuniões fechadas, somente com os deputados, e

abertas, em que haverá a participação popular. De acordo com a petista, os parlamentares também se mobilizarão pelo Estado para influenciar os deputados federais e senadores pernambucanos.

"Não podemos votar o modelo da Reforma, mas influenciar, ajudar a sociedade a compreender o que está em curso e apresentar propostas. A iniciativa não pode se afastar de alguns princípios, precisa contribuir com o combate à corrupção eleitoral, ser rigorosa e propiciar participação e controle social. Espero que a mobilização se multiplique e ganhe força", salientou. O ofício contendo assinaturas de 32 deputados apoiando a instalação da Frente foi encaminhado ao presidente da Casa, deputado Guilherme Uchoa (PDT).



AUDITÓRIO - Alepe sediou ato que reuniu diferentes entidades dispostas a propor sugestões

A Alepe sediou, durante todo o dia de ontem, as discussões em relação à plata-

forma, contendo os pontos que as entidades consideram necessários ao projeto. Pela

manhã, foi realizada oficina com representantes de entidades sociais para

discutir formas de contribuir com a mobilização e, à tarde, foi realizado o ato de lançamento do Movimento por uma Reforma Política Ampla, Democrática e Participativa, que contou com a presença de Teresa Leitão, do deputado Luciano Moura (PCdoB), vereadores, representantes de cerca de 40 entidades civis, o cientista político e diretor de pesquisas sociais da Fundaj Joanildo Buriti e a representante da Articulação das Mulheres Brasileiras (AMB), Sílvia Camurça.

O Grupo Teatral *Loucas de Pedra Lilás*, do Fórum de Mulheres de Pernambuco, fez encenação, na entrada do Anexo I da Alepe, sobre a Reforma Política. As artistas abordaram questões como a democratização dos meios de comunicação.

Religião

Reunião lembra dez anos da morte de Frei Damião

No dia em que completou dez anos da morte de Frei Damião, a Alepe prestou homenagem ao frade capuchinho, que se mantém presente na vida de muitos nordestinos. Durante reunião solene, solicitada pelo deputado André Campos (PT), Frei Rinaldo Pereira dos Santos, vice-postulador da causa de beatificação e canonização de Frei Damião, solicitou que a romaria realizada pelos peregrinos ao Recife, no mês de maio, seja incluída no calendário turístico religioso do Estado.



TRIBUNA - André Campos (PT) sugeriu solenidade

"Há dez anos, celebramos a festa, em sua maior parte com recursos gerados no seio da própria comunidade.

Poucas vezes contamos com o apoio dos poderes públicos", argumentou Frei Rinaldo. De acordo com o

religioso, mais de um milhão de pessoas visitaram o túmulo de Frei Damião. "No último fim de semana, foram 50 mil romeiros", informou, agradecendo a homenagem do Parlamento.

A deputada Terezinha Nunes (PSDB), que presidiu o evento, defendeu a beatificação do capuchinho, que faleceu em 31 de maio de 1997. "A Alepe associa-se à comunidade católica na manifestação de apreço à memória de Frei Damião", frisou, acrescentando que o Vaticano aceitar o pedido de beatificação quando receber

a documentação da Arquidiocese de Olinda.

André Campos destacou a vida do frade, que nasceu em Bozzano, província de Lucca, na Itália, em 5 de novembro de 1898. "Chegando ao Brasil, pelo Porto do Recife, na década de 30, Frei Damião foi acolhido no Convento de Nossa Senhora da Penha", comentou, salientando que foram mais de 66 anos da trajetória religiosa no Nordeste. O petista contou que teve o privilégio de ouvir as palavras daquele que chamou de "autêntico filho de São Francisco".

O deputado Bringel (PSDB) ressaltou a devoção. "Não poderia viajar para o interior sem participar desta homenagem", frisou. Também participaram da Mesa o cônsul italiano, Massimiliano Lagi, e o ministro Provincial dos Capuchinhos do Nordeste, Frei Magno Henrique Lopes. No fim da reunião, o Coral Vozes de Pernambuco cantou as músicas *Asa Branca*, *Onde está Você?* e *Ave Maria*. A Ordem também distribuiu a Revista *Frei Damião*, lançada vai no último fim de semana.

Projeto alerta sobre risco de anabolizantes

Saúde aprovou proposição de Izaías Régis

Academias de ginástica, clubes, centros esportivos e farmácias poderão ser obrigados a exibir em suas dependências placas sobre o risco do uso inadequado de anabolizantes. A medida está prevista no Projeto de Lei nº 115/07, de autoria do deputado Izaías Régis (PTB), aprovado ontem, na Comissão de Saúde da Alepe. O texto recebeu emenda modificativa da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

De acordo com a proposta, o informativo deve conter os seguintes termos: "O uso de anabolizantes prejudica o sistema cardiovascular, causa lesões nos rins e no fígado, degrada a atividade cerebral e aumenta o risco de câncer. A venda desse produto só será liberada com receita médica controlada". O descumprimento da legislação acarre-



MOISÉS BARBOSA

EFEITOS - Prejuízos ao sistema cardiovascular e nervoso

tará aplicação de multa no valor proporcional ao porte do estabelecimento, conforme regulamentação do Poder Executivo.

"Esperamos que com a aprovação da proposta e a obrigatoriedade da instalação das placas, diminua o índice de pessoas que utilizam os anabolizantes", destacou o presidente do colegiado, deputado Airinho (PSB).

Ainda na reunião, a deputada Miriam Lacerda (DEM), por solicitação do Sindicato dos Médicos de Pernambuco (Simepe), solicitou que sejam realizadas visitas a hospitais de Pernambuco para conhecer a situação em que se encontram. O deputado Sebastião Rufino (DEM) também participou do encontro.

Crise

Fechamento de loterias estaduais gera desemprego

O possível fechamento das loterias estaduais como *Pernambuco dá Sorte e Lotinha*, devido à aprovação pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de uma súmula vinculante que diz ser de competência da União legislar sobre sorteios, bingos e loterias, repercutiu no Plenário. Ontem, o deputado Alberto Feitosa (PR) criticou a decisão, alegando que a medida vai gerar desemprego no Estado. "Cerca de 20 mil trabalhadores serão prejudicados", lamentou, convidando a todos para participar de audiência pública, que será realizada conjuntamente pelas Comissões de Cidadania e de Desenvolvimento Econômico, na próxima quinta-feira, (7), às 9h, na Alepe, para debater o assunto.

De acordo com o parlamentar, os times pernambucanos Sport, Santa Cruz e



RINALDO MARQUES

FEITOSA - Discordância

Náutico também serão prejudicados com a medida e deixarão de receber o repasse de recursos arrecadados com a atividade pela Agência Reguladora de Pernambuco (Arpe). "Apenas 20% da receita dos jogos ficam na Arpe, os 80% restantes voltam para o Estado e são repassados para secretarias como a de Defesa Social e a de Desen-

volvimento Econômico", explicou.

Em apartes, os tucanos Bringel, Terezinha Nunes e Antônio Moraes; Esmeraldo Santos (PR), Mavíael Cavalcanti, Romário Dias e Miriam Lacerda, do DEM, alegaram que a medida é um equívoco e esperam uma solução. Bringel, Miriam e Santos defenderam mais fiscalização na atividade e disseram que, com o fechamento dos bingos, muitas famílias no interior perderão o ganha-pão. "Não podemos ter dois pesos e uma medida, uma vez que a Caixa continuará administrando seus jogos, como *Mega Sena* e *Loto*", argumentaram Terezinha e Moraes. "Os bingos são uma oportunidade de trabalho para muitos jovens", frisou Santos. "Temos que priorizar a geração de emprego e renda", observaram Romário e Cavalcanti.

INSS

Apoio à paralisação dos médicos peritos

A paralisação de 48 horas dos médicos que realizam as perícias no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) repercutiu também em Pernambuco. O ato, que é um protesto pelo assassinato do perito José Rodrigues de Souza, na cidade de Patrocínio, em Minas Gerais, foi citado, ontem, pelo deputado Isaltino Nascimento (PT). "José foi morto por ter negado benefício ao autor do crime", contou. Os profissionais da categoria previdenciária que trabalham com licença médica analisam os casos que estão aptos ou não a receber o benefício.

"Esse é o segundo crime semelhante em intervalo de oito meses. Em setembro do ano passado, a médica previdenciária Cristina Felipe da Silva foi morta na frente de casa", lembrou o par-



RINALDO MARQUES

MORTE - Isaltino lamentou assassinato de profissionais

lamentar. Segundo dados do INSS, são realizadas 34 mil perícias diariamente no País. Dos 650 mil novos pedidos de benefícios diários, 60% dizem respeito à incapacidade para exercer o trabalho.

O petista se solidarizou com os peritos e destacou que eles reivindicam mais segurança para continuar

trabalhando. "A categoria, em sua maioria mulheres, está sendo ameaçada por cumprir o seu papel", criticou. O deputado afirmou que vai encaminhar solicitação ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), para que atenda às reivindicações dos médicos.

Economia

Estudo aponta recessão na cidade do Recife

O Recife vem perdendo força econômica em comparação a outros municípios pernambucanos. A observação foi feita, ontem, pela deputada Terezinha Nunes (PSDB), que citou estudo realizado pela Agência de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco Condepe/Fidem. Segundo o professor de Economia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) José Carlos Cavalcanti, a Capital vive uma recessão. "Os economistas dizem que um país, Estado ou município se encontra em recessão quando se observa, por dois ou mais trimestres, uma involução econômica. O Recife se encontra há quatro anos consecutivos em declínio", argumentou.

De acordo com Terezinha, a participação da cidade no Produto Interno Bruto (PIB) do Estado cai anualmente. "A análise aponta que, nos últimos seis anos, a



RINALDO MARQUES

ALERTA - Para Terezinha, falta alavancar desenvolvimento

Capital perdeu o equivalente a 5,57% de participação no PIB estadual. No mesmo período, Pernambuco cresceu, em média, 3,2% ao ano", afirmou, acrescentando que falta projeto municipal visando impulsionar o desenvolvimento.

Em apartes, André Campos (PT) e Mavíael Cavalcanti e Romário Dias, do DEM, também se pronun-

ciaram. Campos ressaltou a dificuldade da Prefeitura do Recife em atrair empresas devido à falta de área e comentou o crescimento turístico do Litoral Sul. "É importante investir no social, mas não se pode esquecer da geração de emprego e renda", afirmou Cavalcanti. Romário sugeriu que a Casa realize um grande debate sobre o assunto.

Elepe recebe homenagem

Academia Agrônômica destaca trabalho

A Escola do Legislativo de Pernambuco (Elepe) recebeu, na tarde de ontem, uma homenagem especial da Academia Pernambucana de Ciência Agrônômica, durante a comemoração dos 23 anos da entidade. O diretor da escola, Jurandir Bezerra, representou a Assembléia no evento, que aconteceu no Salão Nobre da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Criada em 1999, a Elepe tem o objetivo de oferecer formação continuada aos servidores e parlamentares. "A Escola do Legislativo é uma instituição que preza pela excelência do serviço público e merece o reconhecimento. Além de contribuir com a formação dos funcionários e parlamentares, a escola também concede assessoria técnica aos Governos Estaduais e Municipais sobre vários temas", destacou Bezerra.

Somente em 2006, a Elepe ofereceu 75 cursos,



QUALIDADE - Jurandir Bezerra dirige a unidade de ensino

beneficiando 1.300 alunos. Este ano, a entidade completa oito anos de existência. Para o presidente da Academia de Ciência Agrônômica, Eudes de Souza Leão Pinto, a homenagem "é o reconhecimento ao trabalho do Poder Legislativo, desenvolvido por meio da Elepe". O reitor da UFRPE, Valmar Corrêa de Andrade, destacou que a Elepe tem prestado bons serviços ao Estado. "Precisamos divulgar as instituições que se dedicam à melhoria da qua-

lidade de vida dos pernambucanos", frisou.

Na ocasião, a Rede Globo Nordeste e a Escola Superior de Magistratura de Pernambuco também foram agraciadas. Vários agrônomos de destaque, formados há mais de 50 anos, receberam diplomas honoríficos pelas relevantes contribuições dadas à agronomia. O Curso de Agronomia, juntamente com o de Medicina Veterinária, tem um significado especial, pois fundou a UFRPE, há 95 anos.

Arte

Pernambuco vai contar com Plano Cultural

O plano cultural que será implementado no Estado, nos próximos quatro anos, foi apresentado, ontem, pela presidente da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), Luciana Azevedo, na reunião da Comissão de Educação e Cultura da Alepe. De acordo com ela, em apenas quatro meses de gestão, 82 municípios foram beneficiados com ações concretas e 22 projetos que fazem parte do calendário cultural foram aprovados. Com a medida, o Executivo Estadual pretende criar uma lei que estimule o debate sobre a produção em fóruns regionais. A iniciativa também visa reestruturar os chamados equipamentos culturais como a Torre Malakoff, o Centro de Criatividade Musical e o Museu de Arte Contemporânea (MAC).

Luciana Azevedo informou que, nas gestões passadas, as iniciativas eram fragmentadas e priorizavam eventos realizados na Região Metropolitana do Recife (RMR). Com o programa Pernambuco Nação Cultural, o Governo contemplará todo o Estado. "As informações sobre o programa serão divulgadas em um portal na internet", observou.

A presidente da Comissão de Educação, deputada Tere-



DETALHES - Comissão de Educação ouviu explicações

sa Leitão (PT), avaliou que "a proposta é muito importante por vários aspectos, inclusive porque prevê a inclusão de atividades direcionadas à cultura nas escolas públicas". FUNCULTURA - A reunião também foi acompanhada por portadores de deficiência auditiva e traduzida por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para que eles pudessem entender o debate em torno do Projeto de Lei nº 96/07, de autoria do deputado Sérgio Leite (PT). O texto altera a Lei nº 12.310, de dezembro de 2002, relativa à exibição de filmes e vídeos financiados pelo Funcultura, pois obriga os setores de cinema e vídeo que recebem recursos do Funcultura a disponibilizar uma cópia legendada da película para atender os surdos. Os depu-

tados Sílvio Costa Filho (PMN), Soldado Moisés (PSB), Elina Carneiro (PSB), Antônio Moraes (PSDB), Geraldo Coelho (PTB), José Alves (PAN), Esmeraldo Santos (PR) e Luciano Moura (PCdoB) parabenizaram a presidente da Fundarpe pelo trabalho.

PLENÁRIO - À tarde, Leite apresentou sugestões para ampliar o ingresso dos jovens ao meio artístico. "Na Rua da Aurora, temos o Centro de Criatividade Musical que se encontra abandonado. De lá saiu mais de 90% dos músicos da Orquestra Spok. Peço que a instituição seja incorporada à Fundarpe, pois, assim, a escola de música será difundida pelo Interior, proporcionando oportunidades às crianças", destacou.

Gestão Jarbas

Maviael ressalta avanços educacionais

As ações do Governo Jarbas/Mendonça no setor educacional foram destacadas ontem pelo deputado Maviael Cavalcanti (DEM). O parlamentar apresentou números mostrando o "bom desempenho" e disse que, entre 1999 e 2006, houve um grande investimento no setor. "O analfabetismo foi significativamente reduzido e houve aumento nas matrículas da rede de 83%, passando de 202 mil alunos para 370 mil, no ano passado", disse.

De acordo com o integrante do Democratas, o Governo também investiu na infra-estrutura física das escolas, equipou mais de 500 unidades com laboratórios de informática e teve suas ações reconhecidas, inclusive pela Unesco, Fundação Roberto Ma-



ANALFABETISMO - Integrante do DEM citou redução

rinho e o Ministério da Educação, com o Prêmio de Referência em Gestão Escolar. "Os resultados mostram a melhoria qualitativa do ensino e avanços no aperfeiçoamento do quadro funcional da Secretaria de Educação, sobretudo dos professores", avaliou.

Em apartes, a deputada Terezinha Nunes (PSDB) disse que os problemas com a educação e a segurança não são exclusivos do Estado, mas afligem todo o País. Ela comentou que, segundo o IBGE, o nível de ensino em todo o Brasil vem piorando nos últimos dez anos.

Ensino

Luciano defende professores

A reivindicação dos professores e funcionários da rede particular de ensino, por meio do Sindicato dos Professores (Sinpro) e do Sindicato dos Trabalhadores nos Estabelecimentos de Ensino de Pernambuco (Sintepe), recebeu o apoio do deputado Luciano Moura (PCdoB). "Além do reajuste salarial de 10%, os trabalhadores reivindicam medidas preventivas para saúde bucal, microfone para as salas de aula com mais de 40 alunos e tratamento com fonoaudiólogo, semestralmente", afirmou.

Apesar das justificativas e defesas apresentadas, a situação dos profissionais permanece sem solução. "Os

donos dos estabelecimentos propõem um aumento de R\$ 11,87 para os professores da Educação Infantil a quarta série, e de R\$ 0,16 para os que ensinam da quinta série ao terceiro ano, por hora/ au-



PEDIDOS - "Justos"

la", explicou o parlamentar, acrescentando que os empresários alegam não ter condições financeiras de arcar com custos relacionados à saúde dos professores.

Em dezembro de 2006, a Câmara dos Vereadores do Recife aprovou o projeto do Executivo Municipal que reduz a alíquota do Imposto Sobre Serviço (ISS) cobrado das escolas privadas de 5% para 3%, beneficiando mais de 500 estabelecimentos. "A iniciativa foi adotada para que as escolas investissem na qualidade de ensino, mas isso não aconteceu", criticou Moura, solicitando que as reivindicações dos profissionais sejam atendidas.

Nordestino conquista campeonato de xadrez

Vinícius Tiné é filho de uma servidora da Assembléia

"O jovem pernambucano Vinícius Tiné, de 17 anos, nos trouxe alegria, pois é o primeiro nordestino a se consagrar campeão brasileiro de xadrez", comemorou o 2º secretário da Casa, deputado Raimundo Pimentel (PSDB). De acordo com o parlamentar, o atleta, que é filho de uma servidora da Alepe (Fabiola Tiné), iniciou os estudos sobre o esporte, em 2000, como matéria curricular e, depois de conquistar os jogos internos do colégio, não deixou de competir. "Vinícius é orgulho para Pernambuco, onde o xadrez ainda é timidamente tratado", ressaltou.

Entre os títulos mais importantes do jovem, estão o Campeonato Pernambucano, os Torneios Magistral do Rio Grande do Norte e o Aberto do Tribunal Regio-



RINALDO MARQUES

INCENTIVO - Raimundo Pimentel apresentou um Voto de Aplausos para o jovem

nal do Trabalho (TRT) e o Prêmio de Melhor Atleta 2005, conferido pelo Governo do Estado de Pernambuco. "Além de tudo, ele ainda foi aprovado nos vestibulares de Mecatrônica, na Universidade de Pernambuco (UPE), e Engenharia Eletrônica, na

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É um exemplo de disciplina e perseverança a ser seguido", elogiou.

O parlamentar solicitou um Voto de Aplausos para o enxadrista e ressaltou que, com a conquista do título, Vinícius se classificou para

o Panamericano de Xadrez, que será realizado em junho, na Colômbia, e para o Mundial, previsto para o mês de setembro, na Turquia. O tucano ainda pediu que o Poder Público e a iniciativa privada possam dar ao esporte o destaque e incentivo merecidos.

Cidadania

Gratuidade na emissão de documentos

RINALDO MARQUES



ESMERALDO - Proposta

Isentar vítimas de assalto ou furto da taxa cobrada pela emissão de segunda via de documentos foi a proposta defendida pelo deputado Esmeraldo Santos (PR). "O benefício só poderá ser concedido mediante a apresentação de cópia do boletim de ocorrência policial em até 30 dias",

explicou o autor do projeto apresentado, ontem, no Plenário.

Para o parlamentar, é dever do Executivo garantir a segurança do cidadão e dos seus bens. "Se a pessoa teve os documentos roubados ou furtados, cabe ao Estado conceder o direito de readquirir os documentos gra-

tuitamente", frisou.

Segundo Esmeraldo, muita gente chega a procurar as prefeituras e lideranças políticas para solicitar uma 2ª via. "A taxa não é significativa para o Executivo, mas representa muito para as pessoas carentes. A segunda via chega a custar mais de R\$ 40,00", ressaltou.

Cineteca

O Projeto Cineteca da Alepe exibe, na próxima segunda-feira (4), ao meio-dia, o filme Uma Verdade Inconveniente, de Al Gore, ex-vice-presidente dos Estados Unidos. Lançada em 2006, a iniciativa é uma espécie de cruzada em prol da luta imediata contra o aquecimento



global. O enredo mostra alguns dos impactos que a ação humana pode ter no equilíbrio do planeta e o que isso pode vir a significar em pouco tempo, como alterações climáticas, degelo e o aumento do número e da intensidade das catástrofes naturais. A película será exibida no auditório, no 6º andar do Anexo I da Assembléia.

PLENÁRIO

São João

No próximo sábado, Caruaru dará início aos festejos juninos. "A cidade é conhecida como a Capital do Forró, pois tem o maior e melhor São João do mundo", ressaltou a deputada Miriam Lacerda (DEM). A parlamentar enfatizou que, durante os 30 dias de festa, muitos empregos serão gerados e convidou, em seu nome e no do prefeito Tony Gel (DEM), todos os parlamentares, servidores e a imprensa para o evento. A abertura trará artistas como a Orquestra do Forró de Caruaru, Juninho Vanerão, Flávio José, Elifas Júnior e Saia Rodada.



Violência

A preocupação dos moradores de Jaboatão dos Guararapes com a violência foi abordada, ontem, pelo deputado Pastor Cleiton Collins (PSC). "Os bandidos não respeitam nem as igrejas. No momento em que os cultos estão sendo realizados, inúmeros assaltos estão acontecendo", alertou. O socialista-cristão pediu que o Poder Executivo analise o caso e procure uma forma de oferecer mais segurança às famílias do município. Além de externar preocupação, Collins convidou a bancada evangélica da Casa para debater possíveis soluções. "O Legislativo precisa se manifestar a respeito do problema", ressaltou.



Café com Poesia

Com mais de 30 pessoas inscritas, a terceira edição do Café com Poesia, na Biblioteca da Alepe, foi um sucesso. As novidades foram as apresentações de repentistas, cordelistas e do vocalista da banda *Fim de Feira*, Bruno Lins, que recitou alguns versos. Não esquecendo as festividades juninas que se aproximam, a organização do evento ainda providenciou uma banda de forró, que tocou músicas para lembrar o Agreste e o Sertão do Estado. Dessa vez, o grande homenageado foi o presidente da União Brasileira de Escritores (UBE), Vital Corrêa de Araújo, que recitou uma poesia de sua autoria. "A Alepe está fazendo um ótimo trabalho promovendo a cultura", agradeceu. Os repentistas Edmilson Ferreira e Antônio Lisboa falaram sobre política e brincaram com alguns deputados presentes, entre eles, Antônio Moraes (PSDB), que também foi homenageado. O parlamentar acredita que o reconhecimento veio em retribuição aos três mandatos dedicados à cultura. Também prestigiaram o evento os deputados Geraldo Coelho (PTB), Esmeraldo Santos (PR), Eriberto Medeiros (PTC), Bringel (PSDB) e Soldado Moisés (PSB).



HÉLIA SCHEPPA

Resolução

Resolução Nº 820

EMENTA: Concede licença em caráter cultural ao Deputado José Queiroz.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedida licença em caráter cultural nos termos do inciso I, do artigo 38, do Regimento Interno, ao Deputado **José Queiroz**, no período de 31 de maio a 12 de junho de 2007, quando estará participando da Missão Empresarial da FECOMÉRCIO, que acontecerá na República Federativa da China.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco,
em 31 de maio de 2007.

GUILHERME UCHÔA
Presidente

Atos

ATO Nº 430

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das suas atribuições, cumprindo o que dispõe §2º, do artigo 98, do Regimento Interno, tendo em vista o Requerimento nº 558/2007, de autoria do Deputado Sérgio Leite, apresentado de acordo com o caput do artigo supracitado e assim deferido em 31 de maio de 2007,

RESOLVE: Criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, com prazo de duração de 90 (noventa) dias, composta por 09 (nove) membros, com a finalidade de apurar as práticas abusivas e lesivas aos direitos dos consumidores e usuários dos serviços de distribuição de energia elétrica, sistematicamente perpetradas pela CELPE – Companhia Energética de Pernambuco, bem como o descumprimento do contrato de alienação do controle acionário, no que tange à obrigação de aplicar 2% (dois por cento) em eletrificação rural e de adquirir energia ao menor preço de custo.

Sala Torres Galvão, em 31 de maio de 2007.

GUILHERME UCHÔA
Presidente

ATO Nº 431/07

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, § 1º, Art. 60 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 772632/2007, do Deputado André Campos,

RESOLVE: exonerar dos cargos em comissão daquele Gabinete Parlamentar, conforme planilha abaixo, com efeitos financeiros a partir de 31 de maio do corrente ano, nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pelas Leis nº 12.347/03 e 13.185/07.

NOME	CARGO	SÍMBOLO
MAURA BELARMINO DE FREITAS CARNEIRO	Auxiliar de Gabinete	PL - AGC
JOSÉ JUVINO DA LUZ	Auxiliar de Gabinete	PL - AGC

Sala Torres Galvão, 31 de maio de 2007.

Deputado GUILHERME UCHOA
Presidente

ATO Nº 432/07

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, § 1º, Art. 60 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 034/2007, da Deputada Terezinha Nunes,

PODER LEGISLATIVO

Mesa Diretora: Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; 1º Vice-Presidente, Deputado Izaías Régis; 2º Vice-Presidente, Deputado Ciro Coelho; 1º Secretário, Deputado João Fernando Coutinho; 2º Secretário, Deputado Raimundo Pimentel; 3º Secretário, Deputado Sérgio Leite; 4º Secretário, Deputado Henrique Queiroz. **Procuradoria Geral,** Ismar Teixeira Cabral (procurador-geral); **Superintendência Geral,** Paulo César Menezes Teixeira (Superintendente-geral); **Assistência Legislativa,** Ana Olímpia Celso de M. Severo (Assistente Chefe); **Superintendência Administrativa,** Adriana Alves Araújo (Superintendente); **Superintendência de Recursos Humanos,** Karla de Fátima Mendes Vieira (Superintendente); **Superintendência de Modernização Institucional e Tecnológica,** Braulio José de Lira C. Torres; **Superintendência de Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira,** Marcelo Cabral e Silva (Superintendente); **Cerimonial,** Francklin Bezerra Santos (Assistente de Cerimonial); **Assistência de Saúde e Medicina Ocupacional,** Aldo Mota (Assistente Médico); **Assistência de Segurança Legislativa,** Major Paulo Fernando de Figueiredo Silva (Assistente Chefe); **Escola do Legislativo,** Jurandir Bezerra Lins (Assistente Educacional); **Auditagem,** Gildo Dantas Correia de Góis (Auditor-chefe); **Assistência de Comunicação Social,** Cláudia Lucena (Assistente de Comunicação Social); **Chefe de Departamento de Imprensa,** Marconi Glauco; **Editora:** Andréa Tavares; **Redatores:** Antônio Azevedo, Renata Rodrigues; **Fotografia:** Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Moisés Barbosa e Carlos Oliveira; **Diagramação e Edição Eletrônica:** Anderson Galvão e Alécio Nicolak Júnior; **Chefe de Departamento de Rádio e TV:** Ana Lúcia Lins; **Repórteres:** Carolina Flores, Rosângela Almeida e Verônica Barros; **Operadores de Som:** Aristides Pandelis Frangakis e Alcidezio Ramos; **Estagiários:** Monique Cabral, Patrícia Alves, Paulo Marinho, Priscilla Aguiar e Rodrigo Ferreira. **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368. Fax 3217-2107. PABX 3217.2211. **Nosso E-mail:** dimprensa@alepe.pe.gov.br.



Nosso endereço na Internet <http://www.alepe.pe.gov.br>

RESOLVE: exonerar **ROGÉRIO DE MOURA COSTA**, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, Símbolo PL-SPC, nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pelas Leis nº 12.347/03 e 13.185/07.

Sala Torres Galvão, 31 de maio de 2007.

Deputado GUILHERME UCHOA
Presidente

ATO Nº 433/07

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, § 1º, Art. 60 do Regimento Interno, tendo em vista o contido nos Ofícios nº 034/2007, da Deputada Terezinha Nunes,

RESOLVE: nomear para exercer os cargos em comissão daquele Gabinete Parlamentar, atribuindo-lhes as gratificações de Representação, conforme planilha abaixo, nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pelas Leis nº 12.347/03 e 13.185/07.

NOME	CARGO/SÍMBOLO	GRAT.REP.
SEVERINO BEZERRA FLORO NETO	Assistente Parlamentar/PL-APC	73%
ROGÉRIO DE MOURA COSTA	Assistente Parlamentar/PL-APC	73%

Sala Torres Galvão, 31 de maio de 2007.

Deputado GUILHERME UCHOA
Presidente

ATO Nº 434/07

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, § 1º, Art. 60 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 0257/2007, do Deputado Sílvio Costa Filho,

RESOLVE: exonerar **AILTON RAMOS BORBA JÚNIOR**, do cargo em comissão de Assessor Especial, Símbolo PL-ASC, nomeando para o referido cargo, **JOSÉ RODRIGUES BEZERRA JÚNIOR**, atribuindo-lhe a gratificação de Representação de 109,96% (cento e nove vírgula noventa e seis por cento), nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pelas Leis nº 12.347/03 e 13.185/07.

Sala Torres Galvão, 31 de maio de 2007.

Deputado GUILHERME UCHOA
Presidente

ATO Nº 435/07

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, § 1º, Art. 60 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 040/2007, do Deputado Sebastião Rufino,

RESOLVE: exonerar **LUZIANA DE PAULA BARROS CORREIA**, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, Símbolo PL-SPC, nomeando para o referido cargo, **MARIA EMILIA CAVALCANTI VILAÇA**, atribuindo-lhe a gratificação de Representação de 53% (cinquenta e três por cento), nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pelas Leis nº 12.347/03 e 13.185/07.

Sala Torres Galvão, 31 de maio de 2007.

Deputado GUILHERME UCHOA
Presidente

ATO Nº 436/07

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, § 1º, Art. 60 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 045/2007, do Deputado Ricardo Teobaldo,

RESOLVE: exonerar **ISABELA BRAGA VIANA**, do cargo em comissão de Assessor Especial, Símbolo PL-ASC, nomeando para o referido cargo, **EDNALDO BARBOSA DA SILVA**, atribuindo-lhe a gratificação de Representação de 20% (vinte por cento), nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pelas Leis nº 12.347/03 e 13.185/07.

Sala Torres Galvão, 31 de maio de 2007.

Deputado GUILHERME UCHOA
Presidente

ATO Nº 437/07

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, § 1º, Art. 60 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 773468/2007, do Deputado André Campos,

RESOLVE: exonerar **ANA PAULA DOS SANTOS**, do cargo em comissão de Assessor Especial, Símbolo PL-ASC, nomeando-a para o cargo em comissão de Assistente Parlamentar, Símbolo PL-APC, atribuindo-lhe a gratificação de 120% (cento e vinte por cento), nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pelas Leis nº 12.347/03 e 13.185/07.

Sala Torres Galvão, 31 de maio de 2007.

Deputado GUILHERME UCHOA
Presidente

ATO Nº 438/07

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, § 1º, Art. 60 do Regimento Interno, tendo em vista o contido nos Ofícios nº 844507/2007 e nº 845316/2007, do Deputado Edson Vieira,

RESOLVE: exonerar **GERALDO FIGUEIRÔA CHAGAS JÚNIOR**, do cargo em comissão de Assessor Especial, Símbolo PL-ASC e nomeando para o referido cargo, **ALESSANDRA XAVIER DA ROCHA VIEIRA**, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 50% (cinquenta por cento), nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pelas Leis nº 12.347/03 e 13.185/07.

Sala Torres Galvão, 31 de maio de 2007.

Deputado GUILHERME UCHOA
Presidente

Queiroz, Pedro Eurico e Romário Dias. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidenta encerra a presente reunião convocando outra para amanhã na hora regimental.

Expediente

QUINQUAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2007.

EXPEDIENTE

PARECERES N.ºS 275 E 277 - DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO opinando pela rejeição dos Projetos de Lei Ordinária n.ºs 89 e 117, respectivamente.
A imprimir.

PARECER N.º 276 - DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO opinando pela rejeição do Substitutivo n.º 1, da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária n.º 91/2007.
A imprimir.

PARECER N.º 278 - DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO opinando pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária n.º 139/2007.
A imprimir.

PARECERES N.ºS 279 E 283 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando pela aprovação dos Projetos de Lei Ordinária n.ºs 86 e 139, respectivamente.
A imprimir.

PARECER N.º 280 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando pela rejeição do Substitutivo n.º 1, da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária n.º 96/2007.
A imprimir.

PARECER N.º 281 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando pela aprovação do Substitutivo n.º 1, da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária n.º 91/2007.
A imprimir.

PARECER N.º 282 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária n.º 115/2007 juntamente com a Emenda Modificativa n.º 1, da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.
A imprimir.

PARECER N.º 284 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS dando redação final ao Projeto de Lei Complementar n.º 102/2007.
A imprimir.

PARECER N.º 285 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS dando redação final ao Projeto de Lei Ordinária n.º 134/2007.
A imprimir.

PARECER N.º 286 - DA COMISSÃO DE SAÚDE opinando pela aprovação do Substitutivo n.º 1, da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária n.º 91/2007.
A imprimir.

PARECER N.º 287 - DA COMISSÃO DE SAÚDE opinando pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária n.º 115/2007 juntamente com a Emenda Modificativa n.º 1, da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.
A imprimir.

OFÍCIO N.º 573 - DO SECRETÁRIO DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO esclarecendo acerca da Indicação n.º 145/2007, do Deputado Edson Vieira.
Dê-se conhecimento a esse parlamentar.

OFÍCIO N.º 573 - DO SECRETÁRIO DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO esclarecendo acerca da Indicação n.º 495/2007, da Deputada Elina Carneiro.
Dê-se conhecimento a essa parlamentar.

OFÍCIO N.º 1199 - DO DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES esclarecendo acerca da Indicação n.º 5812, da Deputada Carla Lapa.
Dê-se conhecimento a essa parlamentar.

OFÍCIO N.º 312 - DO SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS comunicando celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio n.º 10/2005.
À Procuradoria Geral e à 2.ª Comissão.

OFÍCIO N.º 613 - DO COORDENADOR-GERAL DE FINANÇAS, CONVÊNIO E CONTABILIDADE SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO comunicando celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio n.º 119/2006.
À Procuradoria Geral e à 2.ª Comissão.

OFÍCIO N.º 634 - DO DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS informando assunção da direção desse departamento no dia 15 de maio de 2007.
Inteirada.

TELEGRAMAS N.ºS 18 A 20, 29, 33 A 36, 57, 67, 70, 71, 74, 75, 83 A 86, 119, 125 A 129, 132, 139, 144 A 148, 175, 191 A 195, 222, 225, 236, 248, 252, 253, 263, 284, 286 A 289, 302, 303, 330, 331 E 334 - DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE informando liberações de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde.
Às 2.ª e 8.ª Comissões.

TELEGRAMA N.º 32 - DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde, datado de 21 de maio de 2007, referente a pagamento de inibidor de lactação.
Às 2.ª e 8.ª Comissões.

TELEGRAMA N.º 32 - DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde, datado de 29 de maio de 2007, referente a pagamento de programa para aquisição de medicamentos para a saúde mental.
Às 2.ª e 8.ª Comissões.

Pareceres de Comissões

Parecer N° 286/2007

Comissão de Saúde
Parecer ao Projeto de Lei Ordinária nº 91/2007, com abrangência à Emenda Substitutiva nº 01/2007, da Comissão de Constituição,

Legislação e Justiça.
Autor: Deputado Luciano Moura

PROJETO DE LEI QUE PRETENDE OBRIGAR OS HOSPITAIS, MATERNIDADES, POSTOS DE SAÚDE E SIMILARES, A TER EM FUNCIONAMENTO UM APARELHO AUTO-DEFIBRILADOR. PELA APROVAÇÃO, COM ACOLHIMENTO DAS ALTERAÇÕES PROPOSTAS PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA.

1. Histórico

Tratam-se do Projeto de Lei Ordinária nº 91/2007, de autoria do Deputado Luciano Moura e da Emenda Substitutiva nº 01/2007, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

O Projeto em referência visa obrigar os Hospitais, Maternidades, Postos de Saúde e similares, a ter em funcionamento um aparelho auto-defibrilador, bem como, funcionário habilitado para operar o mesmo, no âmbito do Estado de Pernambuco.

A Emenda Substitutiva nº 01/2007 pretende corrigir a Proposta Legislativa inicial, no sentido de evitar a inconstitucionalidade do mesmo por incremento de despesas no âmbito do Poder Executivo.

A presente proposição foi apreciada pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, que opinou pela constitucionalidade e legalidade da mesma, em razão do que dispõem os art. 23, Inciso II e art. 24, Inciso XII, ambos da Constituição Federal, o art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e o art. 182, parágrafo único, do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

É o relatório.

2. Análise

Conforme destacado na justificativa da Proposta Legislativa inicial, o presente Projeto de Lei tem a intenção de contribuir para diminuição dos casos de óbito por complicações cardíacas, em função da ausência nas unidades de saúde do aparelho desfibrilador, seja ele automático ou manual.

Percebe-se, que o Projeto em análise é de suma importância, pois as mortes causadas por paradas cardiorrespiratórias no País ultrapassam a cifra de 500 mil pessoas por ano, e tendo consciência de que a arritmia cardíaca conhecida por fibrilação ventricular, que se configura no batimento rápido e desordenado do coração, é responsável por aproximadamente 80% desses óbitos. Destacamos ainda que a desfibrilação cardíaca externa é uma das principais ações para restabelecimento do ritmo cardíaco, e que se realizada no local da emergência, contribui para o aumento das chances de sobrevivência do paciente. Porém registramos o fato de que no caso de ausência de pulso cardíaco o procedimento a ser adotado é a ressuscitação, para posterior verificação da necessidade ou não da utilização do desfibrilador. Motivo pelo qual o presente Projeto de Lei deve ser aprovado, em face da finalidade a que se destina.

De acordo com o já explanado, a Emenda apresentada pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça têm por objetivo corrigir a proposta inicial no que tange a constitucionalidade da proposta inicial e em função pela qual opino pelo acolhimento das alterações propostas pela Emenda Substitutiva apenas ao presente Projeto de Lei.

Dito isto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Saúde seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 91/2007, de autoria do Deputado Luciano Moura, nos termos da Emenda Substitutiva nº 01/2007, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

Sebastião Rufino
Deputado

3. Conclusão

Diante do exposto, o Parecer desta Comissão é no sentido de que o Projeto de Lei Ordinária nº 91/2007, de autoria do Deputado Luciano Moura, deve ser aprovado, com acolhimento das modificações propostas pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, nos termos da Emenda Substitutiva nº 01/2007, de sua autoria.

Sala da Comissão de Saúde, em 31 de maio de 2007.

Presidente: Airinho de Sá Carvalho.
Relator : Sebastião Rufino.
Favoráveis os (2) deputados: Airinho de Sá Carvalho, Miriam Lacerda.

Parecer N° 287/2007

Comissão de Saúde
Parecer ao Projeto de Lei Ordinária nº 115/2007, com abrangência à Emenda Modificativa nº 01/2007, da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.
Autor: Deputado Izaías Régis

PROJETO DE LEI QUE PRETENDE OBRIGAR AS ACADEMIAS DE GINÁSTICA, CLUBES ESPORTIVOS, CENTROS ESPORTIVOS, FARMÁCIAS E ESTABELECIMENTOS SIMILARES EXIBIREM PLACA DE ADVERTÊNCIA SOBRE O USO INADEQUADO DE ANABOLIZANTES. PELA APROVAÇÃO, COM ACOLHIMENTO DAS ALTERAÇÕES PROPOSTAS PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA.

1. Histórico

Tratam-se do Projeto de Lei Ordinária nº 115/2007, de autoria do Deputado Izaías Régis e da Emenda Modificativa nº 01/2007, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

O Projeto em referência visa obrigar as academias de ginástica, clubes esportivos, centros esportivos, farmácias e estabelecimentos similares exibirem placa de advertência sobre o uso inadequado de anabolizantes, no âmbito do Estado de Pernambuco.

A Emenda Modificativa nº 01/2007 pretende corrigir a Proposta Legislativa inicial, no sentido de evitar a inconstitucionalidade da mesma, possibilitando a estratificação da penalidade de acordo com o porte do estabelecimento infrator, bem como retira a imposição de prazo para o Poder Executivo regulamentar a Lei.

A presente proposição foi apreciada pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, que opinou pela constitucionalidade e legalidade da mesma, em razão do que dispõem os art. 23, Inciso II e art. 24, Inciso XII, ambos da Constituição Federal, o art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e o art. 182, parágrafo único, do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

É o relatório.

2. Análise

Conforme destacado na justificativa da Proposta Legislativa inicial, o presente Projeto de Lei tem a intenção de contribuir para diminuição de problemas de saúde pública, pois o uso indiscriminado, sem acompanhamento e indicação médica, podem causar alterações cardiológicas, hepáticas e endocrinológicas, além de lesões nos rins e no fígado, seqüelas neurológicas e maior risco de câncer de próstata.

Percebe-se, que o Projeto em análise é de suma importância, pois principalmente a população jovem que se inicia na prática de esportes ou a frequentar academias de ginásticas, muitas vezes são compelidos à fazerem uso deste tipo de droga, com a finalidade de alcançar resultados mais rapidamente, e justamente essa parcela da população não tem conhecimento dos problemas que poderão enfrentar posteriormente por atitudes tomadas sem discernimento por ausência do saber. Motivo pelo qual o presente Projeto de Lei deve ser aprovado, em face da finalidade a que se destina.

De acordo com o já explanado, a Emenda apresentada pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça têm por objetivo corrigir a proposta inicial no que tange a constitucionalidade da proposta inicial e em função pela qual opino pelo acolhimento das alterações propostas pela Emenda Modificativa apensa ao presente Projeto de Lei.

Dito isto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Saúde seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária Nº 115/2007, de autoria do Deputado Izaías Régis, com acolhimento da Emenda Modificativa nº 01/2007, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

Miriam Lacerda Deputada
3. Conclusão

Diante do exposto, o Parecer desta Comissão é no sentido de que o Projeto de Lei Ordinária Nº 115/2007, de autoria do Deputado Izaías Régis, deve ser aprovado, com acolhimento das alterações propostas pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, na Emenda Modificativa nº 01/2007, de sua autoria.

Sala da Comissão de Saúde, em 31 de maio de 2007.
--

Presidente: Airinho de Sá Carvalho.

Relator : Miriam Lacerda.

Favoráveis os (2) deputados: Airinho de Sá Carvalho, Sebastião Rufino.

Parecer Nº 288/2007

Relativo à proposição :
Projeto de Lei Ordinária Nº 59/2007

1. Relatório:

Vem a esta Comissão de Defesa da Cidadania o Projeto de Lei Ordinária nº 59/2007, de autoria do Deputado Antônio Figuerôa, para análise e parecer.

Trata-se de proposição que objetiva proibir, no âmbito do Estado de Pernambuco, o corte no fornecimento de energia elétrica, água e telefone, por inadimplência do consumidor, no dia que anteceder aos sábados, domingos e feriados.

2. Parecer do Relator:

O Projeto de Lei ora em análise é constitucional, conforme exposto em parecer da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, porém, apresenta em sua redação alguns equívocos que permitem divergentes interpretações:
No art. 1º a expressão “nos dias que antecederem a sábados, domingos e feriados” pode ser entendida como todos os dias da semana, uma vez que todos antecedem aos sábados, domingos e feriados;
No art. 2º a expressão “só poderão efetuar a interrupção nos dias indicados no caput” não deixa claro quais são os dias;
No art. 2º o inciso III diz que a interrupção no fornecimento de energia pode ser feita mediante cumprimento a determinação judicial, devidamente cientificada por escrito e com anuência dos habitantes do imóvel que ficará sem o fornecimento do serviço, no entanto, por ser uma determinação judicial indepene da anuência dos habitantes;
As hipóteses elencadas no art. 2º, incisos IV e V, não se incluem na interrupção por inadimplência, são interrupções por razões técnicas, em decorrência de acidente ou para realização de serviços e obras para melhoria no atendimento à coletividade, portanto, não se incluem na matéria disciplinada no projeto.

Em conseqüência disso, entende esta Comissão que faz-se necessário alterar a Proposição Legislativa ora em análise para a supressão das ambigüidades existentes. Para esses fins, proponho a aprovação do seguinte Substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº 01
AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 59/2007.
Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 59/2007.

Art. 1º O projeto de Lei Ordinária nº 59/2007 passa a ter a seguinte redação:

“Ementa: Dispõe sobre a proibição do corte no fornecimento de energia elétrica, água e telefone, nos dias determinados, e dá outras providências.

Art. 1º Fica proibida, no âmbito do Estado de Pernambuco, a interrupção no fornecimento de energia elétrica, água e telefone, por inadimplência do consumidor, nas sextas-feiras, sábados, domingos, feriados e no último dia útil anterior aos feriados.

Art. 2º As empresas responsáveis pelo fornecimento de energia elétrica, água e telefone não poderão efetuar a interrupção nos dias indicados no caput do art. 1º, exceto nas seguintes hipóteses:

I - quando houver o plantão de 24 (vinte e quatro) horas de atendimento para solicitação de religação;

II - quando as ligações tiverem sido realizadas mediante fraude ou de forma clandestina;

III - mediante o cumprimento de determinação judicial.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.”

Logo, esta Comissão entende que Substitutivo proposto suprime os equívocos existentes no projeto em questão, opinando pela aprovação nos termos deste.

Terezinha Nunes Deputada
3. Conclusão:

Ante o exposto, os membros dessa Comissão de Defesa da Cidadania opinam pela aprovação do Projeto de Lei nº 59/2007 , de iniciativa do Deputado Antônio Figuerôa, nos termos do Substitutivo.

Sala da Comissão de Defesa da Cidadania, em 31 de maio de 2007.
--

Presidente: Terezinha Nunes.

Relator : Terezinha Nunes.

Favoráveis os (3) deputados: Alberto Feitosa, Luciano Moura, Pastor Cleiton Collins.

Indicações

Indicação Nº 1091/2007

Indicamos à Mesa depois de ouvido Plenário, obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um apelo ao **Excelentíssimo Senhor Doutor Eduardo Campos**, Digníssimo Governador do Estado de Pernambuco; ao **Exmo. Sr. Dr. Ângelo Ferreira**, DD. Secretário Estadual

de Agricultura; ao **Ilmo. Sr. Dr. Júlio Zoé de Brito**, DD. Presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária - IPA; ao **Ilmo. Sr. Dr. Antônio de Pádua Maranhão Fernandes**, DD. Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento - IPA; **Ilmo. Sr. Dr. Ruy Carlos do Rêgo Barros Ramos**, DD. Diretor de Extensão Rural - IPA; e ao **Ilmo. Sr. Dr. Antônio Fonseca**, DD. Engenheiro Agrônomo do IPA; no sentido de viabilizarem a **IMPLANTAÇÃO DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES NAS ÁREAS DE PLANTAS MEDICINAIS E HORTAS COMUNITÁRIAS NO MUNICÍPIO DO CONDADO, ATRAVÉS DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FRENTE JOVEM DO CONDADO, BEM COMO RECURSOS PARA INSTALAÇÃO DE LABORATÓRIOS DE MANIPULAÇÃO DAS CITADAS PLANTAS.**

Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento ao **Ilmo. Sr. Célio Andrade**, DD. Presidente da Associação Comunitária Frente Jovem do Condado, a Rua 15 de Novembro, 764, Centro; ao **Ilmo. Sr. Deibson Thiago Barbosa**, DD. Presidente da Associação de Desenvolvimento e Assistência Social do Condado - ADASCON, a Rua Antônio Barbalho, 81, Centro; **Ilma. Sra. Profa. Maria Lúcia Brito**, DD. Dir. Escola Júlio Correia de Oliveira, a Rua José Gaião, 232, Centro; Centro; aos **Ilmos. Srs. Suamir Rogério Justo da Silva, Ivonete Alexandre de Macena, Robson Paulo de Oliveira Silva, Ruberlândia Dionisia da Silva, Adailton Pereira da Silva**, todos a Rua José Dourado, 287, Centro, ao **Ilmo. Sr. Leandro Vagner Oliveira Gomes**, a Rua Antônio Figueira, 73, Centro; ao **Ilmo. Sr. Manoel Cândido**, DD. Presidente dos Trabalhadores Rurais do Condado, a Av. Sete de Setembro, s/, Centro; ao **Ilmo. Sr. José Claudio Alves do Nascimento**, DD. Diretor da Associação Educativa Nova FM Condado, a Rua Severino Correia, 56, Centro; **Ilmo. Sr. Bezaliel Correia**, DD. Diretor da Rádio 104,5 Condado FM, a Av. 15 de Novembro, s/n, Centro; todos em Condado; **Ilma. Sra. Profa. Maria das Graças Carneiro da Cunha Pinto Lapa**, DD. Gestora da Gerência Regional de Educação - GRE Mata Norte, a Rua Coelho Neto, s/n, Centro, Nazaré da Mata; ao **Exmo. Sr. Eduardo da Fonte**, DD. deputado Federal, em Brasília-DF.

Justificativa

É importante registrar que a atual conjuntura nacional para política nacional de assistência técnica e extensão rural, possibilita um momento ímpar na história contemporânea da extensão rural brasileira e, conseqüentemente, para o IPA, por favorecer a consolidação do seu fortalecimento enquanto instituição de apoio ao desenvolvimento sustentável do agronegócio da agricultura familiar estadual. Por isso, trazemos o pleito da Associação Comunitária Frente Jovem do Condado para que sejam implantadas ações tais como cursos profissionalizantes voltados ao cultivo de plantas medicinais e técnicas de hortas comunitárias, visando a cultura de subsistência e cultivo a baixo custo; bem como a viabilização de recursos para a instalação de laboratórios de manipulação das referidas plantas para que, transformadas em medicamentos, sejam distribuídas à população carente do município do Condado.

Sala das Reuniões, em 31 de maio de 2007.

Antônio Figueirôa Deputado

Indicação Nº 1092/2007

Indicamos à Mesa depois de ouvido Plenário, obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo.Sr.Governador do estado de Pernambuco, Dr.Eduardo Henrique Accioly Campos e ao Exmo.Sr.Secretário de Educação, Dr.Danilo Jorge de Barros Cabral, no sentido de viabilizar uma **reforma geral nas instalações da Escola Estadual Jerônimo Gueiros, situada na cidade de Canhotinho.**

Justificativa

Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento ao:
Exmo.Sr.Prefeito Álvaro Porto de Barros;
Exmo.Sr.Presidente da Câmara de Vereadores, Dr.Valmir Macêdo e demais Vereadores;
Ilma.Sra.Diretora Diná de Barros, na Rua Quintino Bocaiúva, s/n - Canhotinho-PE;
Ilmo.Sr.Diretor do Jornal Folha de Canhotinho, Sr.José Oliveira Barros;
A Rádio Comunitária, situada à Rua Airton Sena, s/n - Canhotinho-PE.

Justificativa

À Escola Jerônimo Gueiros é a maior e a mais antiga da rede Estadual em Canhotinho. Inaugurada no ano de 1972, a escola necessita, com urgência, de uma reforma em suas instalações, para proporcionar melhores condições de trabalho e um maior conforto aos mais de 1250 alunos.
O pedido de urgência, se dá, pelo fato do referido educandário nunca ter sido contemplado com uma reforma, tornando visível a ação devastadora do tempo.

Sala das Reuniões, em 31 de maio de 2007.

Eduardo Porto Deputado

Indicação Nº 1093/2007

Indicamos à mesa depois de ouvido Plenário, obedecidas às normas regimentais, que seja enviado um apelo ao **Excelentíssimo Senhor Doutor Eduardo Campos**, Digníssimo Governador do Estado de Pernambuco; ao **Exmo. Sr. Dr. Sebastião Oliveira**, DD. Secretário Estadual de Transportes, no sentido de envidarem esforços para a **REVITALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO, COM A CONSTRUÇÃO DE VIADUTOS, REBAIXAMENTO DE CANTEIRO E AMPLIAÇÃO DAS VIAS, DA ESTRADA DA BATALHA.**

Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento ao:
Exmo. Sr. Dr. Newton Carneiro DD. Prefeito do Município de Jaboatão dos Guararapes, com endereço a Av. General Barreto de Menezes, 1648 – Prazeres/ Jaboatão dos Guararapes. Cep. 54410-100.
Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Jaboatão dos Guararapes, Vereador Luiz Carlos Matos e demais Vereadores, com endereço a Rua Arão Lins de Andrade, 739 - Piedade / Jaboatão dos Guararapes / PE. Cep 54310-335 .
A Rádio Cidadania 105.3 FM, na pessoa dos Srs Anselmo Campelo e Francisco Lucena, na Av. Beira Mar, nº 330 – Piedade / Jaboatão dos Guararapes.
Editoria do Jornal do Comércio
Editoria do Diário de Pernambuco
Editoria Folha de Pernambuco

Justificativa

Historicamente não só a população de Jaboatão, mas também a do Recife e daqueles que cruzam o nosso Estado utilizando-se da Estrada da Batalha, especificamente em Porta Larga, sofrem os transtornos de uma grande retenção do tráfego.
O resultado de tudo isso se transforma em um prejuízo econômico para a região, além do desconforto para aqueles que se utilizam da via.
Diante do exposto, faço esse veemente apelo ao Governador Eduardo Campos, para que aquela localidade seja revitalizada e reestruturada.
Sala das Reuniões, em 31 de maio de 2007.

Elina Carneiro Deputada
--

Requerimentos

Requerimento Nº 559/2007

Requeremos à Mesa, ouvido o plenário e cumprido, e as formalidades regimentais que, no próximo dia 09 de agosto de 2007, no plenário desta Casa Legislativa, seja realizada uma Sessão Solene, em homenagem ao Centenário do Movimento dos Escoteiros do Brasil.
Da decisão desta casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento à Diretoria Regional da União Brasileira dos Escoteiros, sita à rua conde de Irajá, 1121, Bairro da Torre , Recife/PE, Cep 50710-290, bem como à diretoria nacional da União Brasileira dos Escoteiros, sita à Travessa José do Patrocínio, 100 - Bairro Alto da Glória – Curitiba/PR. - CEP: 80.030 – 190.

Justificativa

Em 1907, ano que o movimento escoteiro (Scouting for Boys) havia sido fundado, Militares da Marinha Brasileira estavam na Inglaterra e vários se impressionaram com esse novo método de educação complementar que Baden Powell havia idealizado. Entre eles estava o Suboficial Amélio Azevedo Marques que ingressou seu filho, Aurélio, em um Grupo Escoteiro local sendo assim o primeiro escoteiro brasileiro. O escotismo foi introduzido no Brasil em 1910, por intermédio desses marinheiros e oficiais de nossa Marinha, que trouxeram consigo uniformes escoteiros e o interesse de semear o movimento escoteiro no Brasil. No dia 14 de junho de 1910 foi oficialmente fundado no Rio de Janeiro, o Centro de Boys Scouts do Brasil.

A partir de 1914, surgiram em outras cidades vários núcleos, dos quais o mais importante foi a ABE - Associação Brasileira de Escoteiros, em São Paulo, fundada com o apoio de pessoas importantes tais como respeitados Diretores de e stabelecimentos de ensino, Secretários de Justiça e de Segurança Pública de Estado e pessoas que foram fundamentais para a consolidação do escotismo no Brasil, como o Dr. Mário Cardim, que concretizou a idéia de criar a ABE e tomou a frente para a preparação das pessoas, regulamentos e estatutos, Júlio de Mesquita, Diretor do “Estado de São Paulo” e o Dr. Ascanio Cerqueira que recebeu o material informativo enviado de Paris pela Sra. Jeronima Mesquita.

A ABE espalhou o Movimento Escoteiro por todo o país e em 1915 já contava com representações na maioria dos Estados Brasileiros e neste mesmo ano, uma proposta para reconhecer o Escotismo como de Utilidade Pública resultou no Decreto do Poder Legislativo nº 3297, sancionado pelo Presidente Wenceslau Braz em 11 de junho de 1917 que no Art. 1º estabelecia: “São considerados de utilidade pública, para todos os efeitos, as associações brasileiras de escoteiros com sede no país.” O Movimento Escoteiro no Brasil, porém, só veio a ganhar amplitude nacional com a fundação, em 1924, no Rio de Janeiro, da UEB - União dos Escoteiros do Brasil, que começou o processo de unificação dos diversos grupos e núcleos escoteiros dispersos no país. Trabalho que só foi consolidado por completo em 1950. A entidade nacional é dividida em regiões, que representam estados.

O Movimento Escoteiro é uma mobilização educativa não-formal para crianças e jovens, com a colaboração de adultos voluntários. O objetivo maior é colaborar para que a juventude assuma o próprio desenvolvimento, especialmente do caráter, através de atividades progressivas, que apliquem as potencialidades físicas, intelectuais, afetivas, sociais e espirituais, de acordo com os princípios e o propósito do movimento. Em Pernambuco, a União Brasileira dos Escoteiros é reconhecida como uma Entidade de Utilidade Pública Estadual de acordo com Decreto nº 1670 de 26/05/1947.

A União dos Escoteiros do Brasil é uma sociedade civil de Direito Privado, sem fins lucrativos e de caracteres educacional, cultural, beneficente e filantrópica, que normatiza o Movimento Escoteiro no País sendo reconhecida nacionalmente como Entidade de Utilidade pública Federal, através do Decreto nº 5497, de 1928, e do Decreto-Lei nº 8.828, de 24 de janeiro de 1946. O Escotismo foi criado em 1907 pelo general inglês Baden Powell e chegou ao Brasil três anos depois, com a fundação da *Boy Scouts do Brasil*, por militares que haviam tido contato com o movimento criado pelo General Powell. Em quase 100 anos de movimento, 2 milhões de jovens já aderiram ao Escotismo e no Estado de Pernambuco, cerca de 2 mil jovens integram o movimento nos dias atuais.

O Escotismo é um movimento de princípios, definidos na Promessa Escoteira entre os quais podemos destacar: o Dever com o Próximo, o Dever com Deus e o Dever consigo mesmo, que vamos detalhar em seguida:

Dever para com Deus – Adesão a princípios espirituais e vivência ou busca da religião que os expresse, respeitando as demais.
Dever para com o Próximo – Lealdade ao nosso País, em harmonia com a promoção da paz, compreensão e cooperação local, nacional e internacional, exercitadas pela Fraternidade Escoteira. Participação no desenvolvimento da sociedade com reconhecimento e respeito à dignidade do homem e ao equilíbrio da Natureza.

Dever para consigo mesmo – Responsabilidade pelo seu próprio desenvolvimento.

O desenvolvimento dos jovens também é pautado pelo Método Escoteiro, cuja aplicação eficaz se caracteriza nos seguintes pontos:

a) Aceitação da Promessa e da Lei Escoteira:Todos os membros assumem, voluntariamente, um compromisso de vivência da Promessa e da Lei Escoteira.

b) Aprender fazendo:Educando pela ação, o Escotismo valoriza:

- o aprendizado pela prática;
- o treinamento para a autonomia, baseado na autoconfiança e iniciativa;
- os hábitos de observação, indução e dedução.

c) Vida em equipe, denominada nas Tropas “Sistema de Patrulhas”, incluindo:

- a descoberta e a aceitação progressiva de responsabilidade;
- a disciplina assumida voluntariamente;
- a capacidade tanto para cooperar como para liderar.

d) Atividades progressivas, atraentes e variadas, compreendendo:

- jogos;
- habilidade e técnicas úteis, estimuladas por um sistema de distintivos;
- vida ao ar livre e em contato com a Natureza;
- interação com a Comunidade;
- mística e ambiente fraterno.

e) Desenvolvimento pessoal com orientação individual considerando:

- a realidade e o ponto de vista dos jovens;
- a confiança nas potencialidades de cada jovem;
- o exemplo pessoal do adulto;
- Seções com número limitado de jovens e faixa etária própria.

O Escotismo está organizado em Ramos que se distinguem por programas e atividades diferentes, dentro da mesma metodologia escoteira:

a) Ramo Lobinho, para meninos e meninas de 7 a 10 anos, indistintamente denominados lobinhos

b) Ramo Escoteiro, para rapazes e moças de 11 a 14 anos, indistintamente denominados escoteiros,

c) Ramo Sênior, para rapazes e moças de 15 a 17 anos, indistintamente denominados seniores

d) Ramo Pioneiro, para rapazes e moças de 18 a 21 anos (incompletos), indistintamente denominados pioneiros

Nestes intervalos abertos, a passagem de um Ramo para o seguinte pode ser feita quando o lobinho contar de 10 a 11 anos, o escoteiro de 14 a 15 anos e o sênior de 17 a 18 anos, levando em conta as características individuais de cada criança ou jovem. Ao seguir o lema “Sempre Alerta”, o Movimento Escoteiro indica para a juventude os caminhos da força de caráter e da educação para a paz.

Sala das Reuniões, em 23 de maio de 2007
Soldado Moisés
Deputado

Requerimento Nº 560/2007

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja dado **Voto de Aplauso** ao estudante **Nélio Fonseca**, pela sua ação em benefício do Meio Ambiente, tendo o mesmo ajudado a semear mais de três mil mudas de árvores em Recife, Abreu e Lima, Itamaracá, Igarassu, Carpina e Paudalho, segundo apurou a reportagem do Jornal do Comércio de 25 de maio do ano em curso, no Caderno Cidades (Ciência/Meio Ambiente).

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Sr. **Nélio Fonseca**, domiciliado à rua Ibiá, número 76 - Casa Amarela - Recife - PE. CEP: 52.051-300.

Justificativa

Uma iniciativa dessa natureza, partindo de um jovem estudante de uma escola pública da periferia do Recife, necessita ser incentivada, elogiada e aplaudida para desencadear uma série de ações entre os seus pares, nas escolas e na população de um modo geral, que é de fato a maior responsável pelas condições atuais dos ecossistemas existentes em todo o seu entorno. A decisão desse jovem estudante em dedicar um tempo da sua existência para plantar árvores faz com que ele se torne sujeito da sua formação cidadã e não objeto da mesma, conforme preconizava o mestre Paulo Freire, podendo ainda servir de exemplo para muitos de nós.

Segundo a reportagem do jornal acima menciondo, "...cerca de 70 colegas aderiram à causa e o ajudam a plantar árvores.", conforme registra a jornalista Socorro Macêdo. Essa é uma atitude responsável e denota comprometimento com as mudanças necessárias ao reflorestamento.

Estudos científicos comprovam que hoje existe um desmatamento, só da Mata Atlântica, na ordem de 97%. Louvar a iniciativa desse jovem cidadão, dando-lhe um **Voto de Aplauso**, certamente incentivará a realização de outras ações ecológicas semelhantes, e estas, certamente, farão a diferença minimizando os efeitos tão nocivos causados à humanidade, pelo acelerado desmatamento de que tem sido vítima a Natureza.

Sala das Reuniões, em 29 de maio de 2007
Sérgio Leite
Deputado

Requerimento Nº 561/2007

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja consignado no ato dos trabalhos Legislativos VOTO DE APLAUSO para a Prefeitura do Recife, sua Secretaria Municipal de Cultura, Fundação de Cultura Cidade do Recife e suas Gerências de Formação e de Artes Cênicas, pela brilhante realização do **II Seminário do Ciclo Junino do Recife**.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Ilmo. Sr. Prefeito, João Paulo de Lima e Silva, com endereço à Avenida Cais do Apolo, 925, 9o. andar - Bairro do Recife - PE CEP:50.030-903; ao Ilmo. Sr. Secretário Municipal de Cultura, João Roberto Peixe, com endereço à Avenida Cais do Apolo, 925, 15o. andar - Bairro do Recife - PE CEP:50.030-903; ao Ilmo. Sr. Diretor Presidente da Fundação de Cultura Cidade do Recife - FCCR, Fernando Duarte, com endereço à Avenida Cais do Apolo, 925, 15o. andar - Bairro do Recife - PE CEP:50.030-903; ao Ilmo. Sr. Gerente de Artes Cênicas da Fundação de Cultura Cidade do Recife, AlbeMAR Araujo, com endereço à Avenida Cais do Apolo, 925, 6o. andar, sala 22 - Bairro do Recife - PE CEP:50.030-903; à Ilma. Sra. Gerente de Formação e Documentação da Fundação de Cultura Cidade do Recife, Zélia Sales, com endereço à Avenida Cais do Apolo, 925, 6o. andar, sala 22 - Bairro do Recife - PE CEP:50.030-903

Justificativa

Esse **seminário** é de extrema importância para a conscientização e formação daqueles que produzem, estudam, pesquisam, julgam e fruem o Ciclo Junino do Recife, especialmente no que se refere à quadrilha junina e o Festival de Quadrilhas, promovido pela FCCR. Este evento que acontece no período de 28/05/2007 a 01/06/2007 no Teatro de Santa Izabel, envolve estudiosos, pesquisadores, artistas e técnicos, profissionais da área, enfim, atendendo assim os anseios das mais diversas comunidades do Recife e de boa parte do estado de Pernambuco, criando um nicho oportuno de capacitação que visa minimizar as dificuldades enfrentadas pelos diversos segmentos sociais que participam, apreciam e julgam essa genuína manifestação popular tão nordestina, gunuinamente brasileira e que, cada vez mais, se reveste de um caráter universal, pela organização, instrumentalização e pesquisa efetuada pela maioria daqueles que a fazem.

Essa iniciativa é digna de louvor, pois abre uma discussão salutar, formativa e informativa para que os mais diversos segmentos possam discutir suas contradições e se transformem em co-criadores de uma nova realidade, a ser vivenciada pelos quadrilheiros e suas comunidades, beneficiando centenas de pessoas, aculturando-as, gerando renda, inclusão social e sociabilizando-as para exercer a cidadania a que têm direito.

Sala das Reuniões, em 30 de maio de 2007
Sérgio Leite
Deputado

Requerimento Nº 562/2007

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja efetuada a **transcrição nos Anais desta Casa Legislativa**, o artigo **Tem solução, sim**, assinado pelo economista e deputado federal pelo PMDB, Raul Henry, publicado no Jornal de Comércio de 25 de maio do ano em curso, na Coluna Opinião.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao ao economista e deputado federal pelo PMDB, Raul Henry, domiciliado à Avenida Boa Viagem, 914, apartamento 201 - Edifício Nossa Senhora de Copacabana - Boa Viagem - Recife - PE. CEP: 51.011-010.

Justificativa

O aquecimento global tem preocupado quase todos os segmentos sociais, isso, entretanto, não tem se revelado suficiente para que a humanidade mude os seus hábitos, respeitando a natureza e assumindo o papel de "guriã do meio ambiente". O que se tem presenciado, no nosso dia-a-dia, é o assassinato paulatino dos mais diversos ecossistemas, contribuindo para que aumente o desequilíbrio ecológico do nosso Planeta Terra.

O efeito estufa é uma ameaça concreta e se nada for realizado, por nós, para evitar essa catástrofe, a humanidade será vitimada mais rápido do que se imagina, pois regiões inteiras poderão ser desertificadas. O filme **O dia depois de amanhã** trata como ficção o que poderá ser tornar uma realidade para todos nós. Portanto, antes que seja tarde, cada um de nós necessita fazer a sua parte. É, essencialmente, isso que o nobre deputado pede, sugere, propõe. E nós nos solidarizamos com ele, aumentando a banda dos que entendem que tudo depende de cada um de nós.

Segue na íntegra, o texto já mencionado, para as providências de praxe:
"Tem solução, sim
A notícia mais angustiante dos nossos tempos é a do aquecimento global. Aquilo que parecia ser apenas uma previsão catastrofista de alguns cientistas transformou-se em realidade presente e assustadora. O efeito estufa e suas consequências nas mudanças climáticas ameaçam hábitats inteiros e suas espécies. O caso mais dramático é o da região ártica. As cidades costeiras aguardam, apreensivas, a elevação do nível dos oceanos. Regiões mais vulneráveis podem ser totalmente desertificadas. Diante desse cenário sombrio surge a primeira boa notícia. O Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), da ONU, divulgou, no início de maio, em Bangcoc, relatório que apresenta sugestões para a mitigação do problema, com seus respectivos custos. O portfólio das soluções aponta para medidas como substituição das fontes de energia fósseis; introdução de novas tecnologias em plantas industriais para reuso do calor e de energia e controle da emissão de gases; proibição do desmatamento e estímulo às políticas de reflorestamento; na agricultura, o incentivo à produção de matérias-primas para biocombustíveis; nos transportes, a substituição de grande parte dos atuais veículos por novos, mais limpos; na construção civil, a criação de certificados para edifícios inteligentes, eficientes em iluminação, isolamento térmico e ventilação; e a reciclagem do lixo com o máximo de aproveitamento e administração do rejeito. O custo estimado para a implantação das medidas é de 3% do PIB mundial até 2030, ou seja, algo entre 0,1% e 0,2% ao ano. Em valores nominais atuais, recursos entre 46 e 92 bilhões de dólares por ano, considerando-se um PIB mundial de 46 trilhões de dólares. Se todas as providências sugeridas forem tomadas, prevêem os cientistas, a concentração do carbono na atmosfera subirá dos atuais 430 ppm para valores entre 445 e 490 ppm, com o aumento de 2°C a 2.4°C na temperatura global, em relação ao período anterior à revolução industrial. Neste cenário, considerado o mais otimista e manejável, ainda assim cerca de 30% das espécies do planeta estarão ameaçadas. Caso as iniciativas não sejam tomadas, as projeções indicam que em 2030 a concentração de carbono na atmosfera atingirá níveis entre 590 e 710 ppm, com um aumento de temperatura entre 3,2°C e 4°C. Neste cenário, as consequências das mudanças climáticas serão devastadoras.

Um obstáculo para a maior racionalização do debate e coordenação das medidas a serem executadas é o conflito de visões entre os países já industrializados, com economias estáveis e altas rendas per capita, e os emergentes, sob a liderança da China, que não desejam abrir mão das suas taxas de crescimento econômico.

Outro fator de dificuldade é a insensibilidade do governo americano, que insiste em não arcar com os seus custos de nação mais poluidora do planeta. Acordo que está sendo elaborado pelo G8, grupo dos países mais ricos do mundo, com o objetivo de fazer a sua parte diante das recomendações do IPCC, já enfrenta, mais uma vez, a insensata e injustificável reação dos americanos. Este é um tema que diz respeito a todos. Pobres e ricos. Governos, sociedades e indivíduos. E é urgente que, diante dos caminhos apontados, cada um faça a sua parte."

Sala das Reuniões, em 29 de maio de 2007
Sérgio Leite
Deputado

Requerimento Nº 563/2007

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja realizada uma audiência pública, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em local e data a serem marcados, para tratarmos da decisão de proibir as loterias estaduais de funcionarem em Pernambuco.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico desta Casa, Deputado Romário Dias. Convidando para o evento autoridades, bem como representantes de entidades listadas em anexo.

Justificativa

Esse setor que sempre foi regulamentado pela Agência Reguladora de Pernambuco (Arpe), através da Lei nº 73/1947 e posteriormente a Lei nº 12.343/2003, gera aproximadamente 16 mil empregos diretos, em nosso Estado. Com a decisão do Supremo Tribunal Federal, de que todo judiciário e órgãos de administração pública federal, estadual e municipal têm que reconhecer que a União tem o poder de legislar sozinha sobre os jogos, as loterias estaduais terão o seu funcionamento proibido.

Além de prejudicar os trabalhadores que tiram dessa atividade o seu sustento, o fechamento de empresas como Pernambuco Dá Sorte e Lotinha, afetará também os principais clubes de futebol do Estado. Pois parte da arrecadação dessa atividade, regulamentada pelo governo estadual, é repassada para os três grandes clubes de futebol do Estado: Sport, Náutico e Santa Cruz. Com a atuação da Arpe junto ao setor de loterias estaduais, que fiscaliza e arrecada recursos para o governo do Estado, 40% desse total arrecadado é repassado aos times de futebol, através da Federação Pernambucana de Futebol. Segundo estimativa do Presidente da Federação, a arrecadação mensal está na casa dos R\$ 200.000,00/mês.

Em que pese o considerável investimento feito pelo setor no Estado, em novas tecnologias, instalações, o fechameno dessas loterias, também trará outras implicações no tocante a receita da Arpe. Da previsão de arrecadação de vinte e cinco milhões, doze milhões, ou seja cerca de 50% será proveniente dos jogos. Dessa receita a Arpe fica apenas com 20% do total, para cobrir os custos com a fiscalização e regulação, os outros 80% voltam para o Estado através da Secretaria de Defesa Social, Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Especial da Cultura e Especial dos Esportes.

Já que uma decisão como essa irá fechar um número considerado de postos de trabalhos em Pernambuco, e como o Estado é um dos mais afetados, por outras razões já especificadas, nós membros dessa Casa, não poderíamos ficar de fora de um debate tão importante como esse, no seio da Comissão de Desenvolvimento Econômico.

Ante ao exposto solicito dos meus ilustres pares a aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em 31 de maio de 2007

Alberto Feitosa
Deputado

Requerimento Nº 564/2007

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais seja realizada no dia 13 de junho de 2007, uma Sessão Solene em homenagem ao ex-Deputado e Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, DR. ROMEU DA FONTE pela passagem de sua aposentadoria compulsória, ao mesmo em que receberá uma PLACA COMEMORATIVA pela passagem desta data.

Dê-se conhecimentos aos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado e suas respectivas famílias.

Justificativa

O R A L

Sala das Reuniões, em 30 de maio de 2007

Pedro Eurico
Deputado

Requerimento Nº 565/2007

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja realizada uma Reunião Solene no próximo dia 20 de Junho do corrente, às 18:00Hs, com o objetivo de homenagear a passagem do aniversário do Exmo. Sr. Secretário de Cultura de Pernambuco, Ariano Vilar Suassuna.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, Eduardo Campos, ao Exmo. Sr. Secretário de Cultura de Pernambuco, Ariano Vilar Suassuna.

Justificativa

Esta Casa não podia deixar de prestar homenagem a esse homem, escritor, draumartugo, romancista e membro da Academia Brasileira de Letras, paraibano de João Pessoa, que muito honra a todos os pernambucanos pois reside hoje no município de Recife. Todas sua obras, produções literárias forma por mim bem especificadas no Projeto de Resolução de nº 20/2007, apresentado por mim no Plenário dessa Casa em 13 de fevereiro de 2007, concedendo ao Secretário, a Medalha do Mérito Cultural Gilberto Freyre, Classe Ouro dessa nossa Casa.

Ante ao exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação desse requerimento.

Sala das Reuniões, em 30 de maio de 2007

Alberto Feitosa
Deputado

Requerimento Nº 566/2007

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que o Grande Expediente Especial em homenagem aos 80 ANOS DO ARTISTA PLÁSTICO FRANCISCO BRENNAND seja transformado em uma REUNIÃO SOLENE a ser realizada no dia 11 de junho de 2007, às 18:00 horas.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a Francisco Brennand; aos Senadores Jarbas Vasconcelos, Sérgio Guerra e Marco Maciel; aos Deputados Federais; ao Exmo. Governador do Estado de Pernambuco Eduardo Campos; a Presidente da FUNDARPE, Luciana Azevedo; aos jornalistas João Alberto Sobral do Diário de Pernambuco, Orismar Rodrigues do Jornal do Commercio e Paula Imperiano da Folha de Pernambuco.

Justificativa

Ao longo de uma carreira iniciada em Recife, passando pela Bélgica, Suíça, Espanha e Itália, Francisco de Paula Coimbra de Almeida Brennand dedicou-se com paixão e alma às artes plásticas, realizando uma obra numerosa e variada, de grande valor cultural e personalidade própria através de livros, esculturas, murais, pinturas e gravuras. Em 1971, o artista instala seu ateliê/oficina no bairro da Várzea, à beira do Capibaribe, aproveitando os enormes galpões existentes e desativados da antiga fábrica de telhas e tijolos pertencente ao seu pai. Esse conjunto, encontrado em ruínas, deu início a um colossal projeto de esculturas cerâmicas que povoam os espaços internos e externos do ambiente, tornando-se referência às artes plásticas contemporâneas. Brennand, em 1993, foi agraciado com o prêmio Interamericano de Cultura Gabriela Mistral, a maior comenda concedida na América Latina a pessoas que se destacam nas artes plásticas. O artista imprime sua marca e registra suas origens, sempre honrando suas tradições culturais, o que pode ser observado ao longo das inúmeras obras espalhadas pelos principais locais da nossa capital como, por exemplo, o painel da Batalha dos Guararapes, o painel da Batalha do Riachuelo, o painel do Aeroporto Internacional dos Guararapes, o obelisco da Estação Central do Metrô, o Parque das Esculturas no Marco Zero, o painel do prédio da Prefeitura do Recife, painel na reitoria da UFPE, o painel do Museu do Homem do NE, o painel do Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães, entre outras. Essas são algumas das suas obras em homenagem à história e cultura do Estado. O nosso “Mestre dos Sonhos” completa, no dia 11 de junho de 2007, oitenta anos de vida, vida esta entregue ao visionário mundo da fantasia e dos sonhos das artes plásticas, nos presenteando com mais de 2000 peças e levando Pernambuco ao seio da arte contemporânea mundial. Nada mais justo que esta honrada Casa preste uma homenagem a esse artista que soube, talvez como nenhum outro, vencer as fronteiras geográficas e temporais, tomando-se um símbolo de Pernambuco no cenário nacional e internacional.

Sala das Reuniões, em 31 de maio de 2007

Terezinha Nunes
Deputada

Requerimento Nº 567/2007

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja realizado uma Reunião Solene, no próximo dia 08 de agosto, em homenagem aos 300 anos da Capela de Nossa Senhora da Boa Viagem e, conseqüentemente, do bairro de Boa Viagem.

Justificativa

A Capela de Nossa Senhora da Boa Viagem foi erguida no início do século XVIII, em virtude da doação de terras feitas por Balthazar da Costa Passos, registrada no dia 6 de julho de 1707. A referida transmissão, feita ao padre Leandro Camelo, conforme registros da época, enunciava: *“no sítio de terras na Barreta, com cem braços de frente e uma légua de fundo, desde a praia até o Rio Jordão”*.

Portanto, na data acima citada é comemorado o aniversário de Boa Viagem, visto que foi nas suas proximidades que se prosperou uma seqüência de acontecimentos que marcaram uma fase da existência do bairro. O seu ponto de referência era utilizado pelos viajantes como ponto de parada, descanso, e que aos poucos constituiu sua população originária.

A primeira missa celebrada na Capela foi em 1730. No entanto, apenas em 1743 o templo religioso veio a realizar suas atividades. Após passar por inúmeras reformas, a igreja mantém preservado em sua sacristia, o nicho dourado, característica da igrejinha primitiva de 1862.

Em 1948, foi criada a Paróquia Nossa Senhora da Boa Viagem, com a elevação da sua igreja a categoria de matriz, devido ao decreto do Arcebispo Dom Miguel de Lima Valverde, que nomeou seu primeiro pároco, o padre Romeu Vasconcelos Sá Barreto.

Atualmente, a Igreja é dirigida pelo Monsenhor Edvaldo Bezerra da Silva, auxiliado pelo vigário paroquial Pe. José Albérico Bezerra de Almeida. A sua Pastoral, constituída por voluntários, realiza um importante trabalho social junto à comunidade local.

Portanto, é justo e oportuno que esta Casa Legislativa aprove o presente requerimento, homenageando essa secular instituição religiosa, considerado o marco do desenvolvimento da história do bairro de Boa Viagem, além de prestar um relevante serviço de evangelização, por meio da valorização da cidadania, da renovação da sociedade e construção de uma comunidade solidária.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em 29 de maio de 2007

Augusto Coutinho
Deputado

Atas de Comissões

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, REALIZADA NO DIA VINTE E TRÊS DE MAIO DE DOIS MIL E SETE.

MEMBROS TITULARES:
DEPUTADO EDUARDO PORTO
DEPUTADO ESMERALDO SANTOS
DEPUTADO SOLDADO MOISÉS

Aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e sete, às onze horas, no recinto do Plenarinho II, localizado no 5º andar do Edifício Nilo Coelho, Anexo I ao Palácio Joaquim Nabuco, reuniram-se os deputados Mavíael Cavalcanti, Claudiano Martins e Esmeraldo Santos, sob a presidência do primeiro. Havendo quorum regimental o sr. presidente iniciou a reunião realizando a distribuição das seguintes matérias: Projeto de lei ordinária nº 131/2007, relator deputado Claudiano Martins; Projeto de lei ordinária nº 133/2007, relator deputado Soldado Moisés; Projeto de lei ordinária nº 137/2007, relator deputado Esmeraldo Santos; Projeto de lei complementar nº 138/2007, relator deputado Mavíael Cavalcanti; Projeto de lei ordinária nº 139/2007, relator deputado Claudiano Martins. Continuando o deputado Mavíael Cavalcanti colocou em discussão os seguintes projetos: Projetos de lei ordinária nº 78/2007, nomeando o deputado Claudiano Martins para relator uma vez que houve ausência do relator designado anteriormente. O parecer opinou pela aprovação da matéria, o que foi acatado pelos demais membros da Comissão; Projeto de lei complementar nº 52/2007, cujo relatório foi pela aprovação, sendo aprovado por unanimidade; Projeto de lei ordinária nº 127/2007, que institui o programa “Chapéu de Palha”, foi também aprovado por unanimidade; Projeto de lei ordinária nº 134/2007, que teve como relator indicado pelo presidente, o deputado Claudiano Martins, que opinou pela aprovação da matéria, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade; Projeto de lei ordinária nº 135/2007, cujo relatório opinou pela aprovação. Parecer aprovado por todos; Projeto de lei ordinária nº 135/2007, que amplia a licença à gestante, cujo parecer do deputado Claudiano Martins opinou pela aprovação, sendo confirmado, também, por unanimidade. Na seqüência o deputado Mavíael Cavalcanti franqueou a palavra que foi usada pelo deputado Claudiano o qual afirmou não entender a rejeição, pela CCLJ, do projeto de lei que ampliou a licença Maternidade. Citou, inclusive, projetos semelhantes aprovados em outras Assembléias Legislativas, de autoria de parlamentares. Nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a presença de todos e em seguida deu por encerrada a reunião. E, para que tudo conste em registro, foi lavrada e digitada esta Ata, que será posteriormente aprovada, assinada e publicada.

Sala da Comissão de Administração Pública,
23 de Maio de 2007

DEPUTADO MAVIAEL CAVALCANTI
PRESIDENTE

MEMBROS TITULARES:
DEPUTADO EDUARDO PORTO
DEPUTADO ESMERALDO SANTOS
DEPUTADO SOLDADO MOISÉS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE REALIZADA AOS DEZ DIAS DO MÊS DE MAIO DE DOIS MIL E SETE.

Aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e sete, às onze horas, no Plenarinho II, localizado no quinto andar do Anexo I ao Palácio Joaquim Nabuco – Edifício Senador Nilo Coelho, nos termos regimentais e em obediência à convocação por edital do Presidente, deste Colegiado Técnico, reuniram-se os Deputados membros titulares MIRIAM LACERDA (DEM) e SEBASTIÃO RUFINO (DEM) e o Deputado membro suplente EDUARDO PORTO (PT do B), com a participação do Deputado BRINGEL (PSDB), sob a Presidência do Deputado AIRINHO DE SÁ CARVALHO (PSB). Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a reunião, dando conhecimento aos Deputados sobre a participação na entrega do Tomógrafo Móvel, e a visita ao Hospital Inácio de Sá, no Município de Salgueiro, juntamente com o Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Eduardo Campos. Em seguida o Sr. Presidente passou a palavra ao Deputado Bringel, que discorreu sobre a solicitação da interferência da Comissão de Saúde junto à Secretaria de Saúde do Estado, no sentido de viabilizar a implantação do serviço de hemodiálise no Hospital Regional, em Ouricuri, para atender a população da Região do Araripe, ao que o Sr. Presidente se prontificou de imediato para levar pessoalmente o pleito ao Exmo. Secretário de Saúde do Estado, Dr. Jorge Gomes, em seguida, o Sr. Presidente, distribuiu as Emendas Modificativa nº 01/2007 e Supressiva nº 02/2007, ambas de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, e ambas ao Projeto de Lei Ordinária nº 62/2007, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, por dependência à Relatora, Deputada Miriam Lacerda, em seguida o Sr. Presidente distribuiu os Projetos de Leis Ordinárias de nº 91/2007, de autoria do Deputado Luciano Moura, ao Relator, Deputado Sebastião Rufino, de nº 115/2007, de autoria do Deputado Izaías Régis, ao Relator, Deputado Eduardo Porto, de nº 117/2007, de autoria do Deputado Lourival Simões, à Relatora, Deputada Miriam Lacerda, de nº 120/2007, de autoria do Deputado Esmeraldo Santos, ao Relator, Deputado Sebastião Rufino. Continuando a Reunião, o Sr. Presidente passou a palavra à Deputada Miriam Lacerda, para emissão de seu Parecer ao Projeto de Lei Ordinária nº 62/2007, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, com abrangência às Emendas Modificativa nº 01/2007 e Supressiva nº 02/2007, ambas de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça. A Deputada Miriam Lacerda discorreu sobre a importância do presente Projeto de Lei para as mulheres, sobre o grande avanço que representa para a sociedade, com vantagens psicológicas para a mulher, vítima de violência, que poderá ter acesso às cirurgias reparadoras para remover as marcas deixadas pela agressão sofrida, e em seguida a Deputada proferiu seu Parecer, sendo o mesmo pela aprovação, com acolhimento das Emendas de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ressaltando que as Emendas são justas por deixar a livre escolha da mulher quanto ao atendimento. Em seguida, o Sr. Presidente registrou a solicitação do Deputado Isaltino Nascimento, realizada na Tribuna do Plenário, no sentido de que a Comissão de Saúde faça uma visita ao Hospital Getúlio Vargas, proposta esta que foi aprovada por todos os presentes e que será definida a data da visita posteriormente, sendo os integrantes da Comissão cientificados da data oportunamente. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião e avisou que a próxima reunião da Comissão seria convocada por edital. E, para que tudo conste, eu, George Monteiro Falcão, que secretariei os trabalhos, lavrei e fiz imprimir a presente ata, que vai assinada pelos deputados presentes.

Sala das reuniões, em 10 de maio de 2007.

Airinho de Sá Carvalho
Presidente

Membros Efetivos:
Miriam Lacerda
Sebastião Rufino

Membros Suplentes:
Eduardo Porto

Pronunciamentos

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO ANDRÉ CAMPOS NA REUNIÃO DO DIA 24 DE ABRIL DE 2007.

ILHA DE ITAMARACÁ

Senhor Presidente,

Esta casa de Joaquim Nabuco já tratou por diversas vezes o tema sobre o qual me ocuparei na tarde de hoje, a Ilha de Itamaracá e suas perspectivas no desenvolvimento do turismo em toda a costa norte.

Recentemente, o próprio presidente desta Assembléia, o deputado Guilherme Uchôa, nos brindou com um excelente artigo sobre o mesmo tema, e publicado em um dos jornais locais.

Este se é um tema recorrente nesta tribuna é, também, e da mesma forma recorrente, em nível do poder executivo, haja vista que nas gestões passadas de Jarbas Vasconcelos e de Mendonça Filho o assunto também fora tratado, como é objeto, ao que parece, de interesse do atual governo Eduardo Campos.

Fiz um levantamento, senhores deputados e senhoras deputadas, das providências tomadas pelos governos citados e encontrei um farto material já produzido e um conjunto de indagações para as quais ainda não tenho respostas.

Ao final da gestão Jarbas Vasconcelos foi concluído pela Secretaria de Defesa Social o trabalho que, segundo a própria secretaria, caberia a ela, como indutora ao processo de transferência dos presídios na Ilha de Itamaracá.

A proposta da SDS é simples e objetiva. Com a alienação de toda a área da ilha pertencente ao Estado de Pernambuco e integrante do patrimônio da própria secretaria seriam arrecadados recursos suficientes para a construção de novos presídios na RMR e no interior, possibilitando desativar os presídios e transferir cerca de 2.500 detentos que estão distribuídos nas três unidades carcerárias naquele município, Barreto Campelo, Pai e HCTP, este último com funções de hospital de custódia e tratamento psiquiátrico.

Foi constituído um grupo de trabalho, coordenado pela própria SDS, e composto pela Fidem, CPRH, Secretaria de Planejamento do Estado e Prefeitura de Itamaracá. Este grupo pretendia realizar, como de fato realizou, um trabalho que não permitisse futuras contestações por esses diversos órgãos, haja vista que seriam requeridas mudanças nas legislações estadual e municipal e a aprovação do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano.

Ao longo do trabalho, a equipe propôs, de forma consensual, ao Governador do Estado e ao Prefeito de Itamaracá, várias alterações na legislação municipal e estadual, inclusive já aprovadas pela Câmara Municipal de Itamaracá, pela Fidem e pelo Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana. Esta Assembléia Legislativa, quando convocada, já deu também sua contribuição e aprovou a lei que autorizou ao Estado de Pernambuco a proceder à alienação dos imóveis de sua propriedade, dos vários engenhos que compõem a área destinada para o sistema penitenciário.

A Ilha de Itamaracá embora hoje pague um preço muito elevado pela existência de presídios em seu território, contraditoriamente foi a presença deles que preservou toda a região do lado oeste da ilha, evitando uma ocupação irregular e não planejada, como de fato ocorreu em toda a sua parte leste. Para se ter idéia, a área da mata, submetida ao controle e proteção ambiental, aumentou em mais de 200 hectares.

O Estado possui cerca de 1.500 hectares, o que representa 25% da área total da Ilha de Itamaracá, destes mais de 1.000 hectares ficariam, mesmo depois de alienados, protegidos por legislação especial e de preservação, e os outros, cerca de 540 hectares, ficariam disponíveis para construção de equipamentos turísticos, notadamente, campo de golfe, resort, hotéis, atividades náuticas, etc.

Foi realizado completo levantamento topográfico, já se ressaltando as pequenas áreas privadas, fato que facilitará a regularização cartorial de todos os engenhos adquiridos no passado para fins de utilização do sistema penitenciário. Esta é uma atividade que precisa ser finalizada, haja vista que quando o Estado adquiriu esses engenhos a Ilha de Itamaracá ainda era um distrito de Igarassu e os contornos e limites das propriedades não são claros e, portanto, faz-se obrigatória nova escrituração das áreas, para fins de submetê-las a um processo de alienação. Causou-me atenção especial o fato da SDS ter também elaborado uma proposta técnica do formato a ser adotado nos procedimentos da licitação da área, cuja responsabilidade é, evidentemente, da Secretaria de Administração. Nessa proposta foi utilizado um critério, que a meu ver, é muito criativo, de possibilitar aos investidores que adquirirem à área ser também os responsáveis pela construção das unidades prisionais. Os projetos técnicos das unidades seriam elaborados pela SDS e orçados de acordo com a tabela de preços da Cehab, empresa de habitação do Estado.

Creio que é criativo, pois dá aos investidores a possibilidade de consórcio com empresas construtoras e também o controle do ritmo da construção, vez que, infelizmente, os processos licitatórios de obras públicas são penosos, demorados e com freqüentes interrupções. Sem dúvida, se a responsabilidade pela construção das novas unidades ficam sob o comando dos investidores isto representa um atrativo a mais para a adequada alienação da área pertencente ao Estado.

A avaliação patrimonial efetuada pela própria SDS e, também, por uma empresa especializada em avaliação e credenciada para este tipo de atividade, chega a números semelhantes, um pouco mais de cinqüenta milhões de reais. É uma quantia expressiva e seguramente possibilitaria a transferência dos presídios da ilha.

O estudo também levanta alternativas para investimentos em melhoria no acesso à ilha, como também define um plano de uso e ocupação do solo, enumerando todos os conceitos de utilização da área e oferecendo segurança aos investidores, vez que já estabelece o que não se pode construir e todas as regras de preservação ambiental, tanto no que se refere à mata atlântica, como nos córregos, rios e alagados. O projeto, ainda, demonstra a preocupação com a questão náutica, certamente o que será o maior atrativo para os investidores.

Portanto, acredito que o Secretário José Chaves deveria eleger a Ilha de Itamaracá como uma de suas prioridades, dar continuidade ao projeto e buscar, com determinação, parceiros, inclusive investidores estrangeiros. Alguns grupos empresariais, notadamente da península ibérica, já demonstraram interesse.

Este é sem dúvida um projeto de Governo. Não se resolverá esta questão em poucos dias, nem em poucos meses. A construção de presídios não é barata, nem rápida e é dolorosa a negociação com os prefeitos e a população na escolha de alternativas para implantação das novas unidades.

Temos a informação de que quase oitenta por cento da população presidiária da Ilha são de origem da própria Região Metropolitana, assim sendo é natural que estes novos presídios sejam construídos predominantemente nos municípios metropolitanos, com exceção, acredito, do polígono que se estende de Igarassu até Abreu e Lima, pois já deram suas contribuições, abrigoando diversas unidades prisionais e outros equipamentos de atendimento ao menor infrator.

Assim, ao que me parece, como etapa do trabalho técnico, falta apenas a escrituração definitiva das áreas no cartório de Igarassu, pois todas as poligonais já foram levantadas pelo serviço topográfico, com detalhada especificação da área pertencente ao Estado. Esta etapa é de muita importância para dar segurança aos investidores na aquisição das terras. E, ainda, falta o formato de divulgação para venda da área, buscando atrair o maior número de investidores.

Dessa forma, senhores deputados, senhoras deputadas, já dispomos dos elementos necessários para possibilitar a execução de um projeto que permitirá dar um salto de qualidade no turismo da costa norte.

É um patrimônio invejável. Uma ilha com as potencialidades de Itamaracá, com toda uma infra-estrutura de acesso já implantada, pelo próprio Governo de Arraes quando duplicou a rodovia de acesso à Ilha e recentemente triplicada pelo Governo de Jarbas Vasconcelos.

Este é um investimento que permitirá alavancar o turismo no litoral norte, tratado ao longo do tempo como o primo pobre e, muito mais agora quando está sendo duplicada a BR 101. Convicto estou que serão produzidos desdobramentos permanentes até Goiana e favorecerá, inclusive, o litoral contíguo da Paraíba.

Não tive a oportunidade de debruçar-me nas dificuldades tidas pelo Governo Mendonça Filho por não ter iniciado o processo licitatório de alienação da área, não sei se pelo modelo proposto ou pelo risco de não ter sucesso na licitação e ser deserta, como já ocorrerá anteriormente, quando da licitação da propriedade estadual em Porto de Galinhas.

Assim, se houver erros na concepção do projeto, que tenhamos agilidade em consertá-los, se faltam apenas ajustes técnicos, que sejam feitos, mas é necessária uma resposta à população não apenas de Itamaracá e de toda a região, pois este pode ser um dos grandes projetos na área do turismo em Pernambuco.

Muito Obrigado, Senhor Presidente.

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO ANTÔNIO FIGUEIRÔA NA REUNIÃO DO DIA 08 DE MAIO DE 2007.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhoras Deputadas

Senhoras e Senhores

Foi realizada, recentemente, uma matéria jornalística com o repórter Francisco José, da TV Globo Nordeste, que vai ao ar no próximo sábado, no Programa Caminhos do Nordeste, mostrando o potencial turístico da cidade de Santa Cruz do Capibaribe, expressando a importância da Pedra do Pará, situada no Distrito do Pará.

Há um grande fluxo de turistas que por ali trafegam, devido a constante visitação de pontos que atraem seus interesses, como o Cruzeiro, marco religioso, com cerca de 4 m, erguido sobre uma base de alvenaria, onde se encontra num nicho uma imagem de São Sebastião, sendo situado na citada Pedra do Pará, que possui 300m de comprimento, uma área de 4000 a 5000 m2 e 780 m de altitude.

Há uma freqüência de mais de 150 turistas por mês, como também pesquisadores, arqueólogos, geólogos, estudantes universitários e professores, devido ao seu inestimável valor histórico-cultural de origem indígena, principalmente pelas inscrições rupestres.

No entanto, há um ponto que dificulta o acesso a esse tão importante ponto turístico. Realizada de forma insatisfatória pela Construtora Sam, a terraplanagem da estrada vicinal, de 24 km, que liga o Distrito do Pará a sede do município de Santa Cruz do Capibaribe tem prejudicado a população daquele distrito e os turistas que se dirigem a Pedra do Pará.

Boa tarde a todos!

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO ANTÔNIO FIGUEIRÔA NA REUNIÃO DO DIA 23 DE MAIO DE 2007.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhoras Deputadas

Senhoras e Senhores

No dia 10 de maio, o Governador Eduardo Campos implantou, juntamente com o Presidente do SEBRAE Nacional, Dr. Paulo Okamoto, a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, com a assinatura do decreto que instituiu o Comitê Gestor em Pernambuco.

O decreto foi assinado no Palácio do Campo das Princesas e o comitê irá coordenar campanhas de divulgação e informação da lei em todo o Estado, propor a realização de oficinas e eventos de discussão de temas relacionados, elaborar estudos técnicos e supervisionar a execução de ações para a efetiva implantação do estatuto da micro e pequena empresa.

O comitê será presidido pelo Secretário de Desenvolvimento Econômico, Dr. Fernando Coelho e 14 integrantes de diversas secretarias, além de representantes dos Poderes Judiciário e Legislativo, SEBRAE, FIEPE, FECOMÉRCIO e AMUPE.

O interesse do Estado em contribuir para o cumprimento total da Lei 123 é justificado por Pernambuco possuir cerca de 135 mil empresas de micro e pequeno porte, representando 99 % das empresas formais do Estado. São 500 mil empregos.

A estimativa é que 20% das empresas que se encontram ainda na informalidade venham a regularizar a situação.

Obrigado, boa tarde a todos.

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO CLAUDIANO MARTINS NA REUNIÃO DO DIA 08 DE MAIO DE 2007.

Senhores e Senhoras Parlamentares,

Membros da Mesa Diretora,

Demais profissionais da casa Joaquim Nabuco,

Boa Tarde.

No pequeno expediente de hoje, gostaria de parabenizar os moradores de Quixaba, sertão do estado, pela conquista de seus 14 alunos nas Olimpíadas Brasileiras de Matemática. Trata-se de um destaque merecido, tendo em vista a competente atuação dos que fazem a educação daquele município, que, embora um dos mais pobres de Pernambuco, tem a Educação Básica como leme na condução dos novos homens e mulheres de um amanhã brilhante.

Desenvolver a educação partindo do respeito e do compromisso para com os mestres do ensino é a receita vitoriosa do resgate da cidadania de um povo.

Não importando as classes sociais ou cores partidárias, tem, a conquista desse alunado nas Olimpíadas de Matemática, a prova inconteste da competência de seus gestores públicos.

Que esse exemplo de Quixaba seja um incentivo para com os outros municípios de Pernambuco. E no futuro próximo, voltemos a essa tribuna para elogiar o desempenho do alunado de todo nosso estado.

Parabéns Prefeito Edmilson Pereira dos Santos.

Parabéns Secretária Adriene Josefa Fernandes.

Parabéns a todos os professores.

Parabéns Sr. Diretor da Escola Estadual Tomé Francisco da Silva – Ivan José Francisco.

Sra. Diretora da Escola Municipal Veríssimo Darck dos Santos - Ana Maria Pereira de Medeiros

Sra. Diretora da Escola Solidário Pereira de Carvalho – Maria da Conceição Andrade

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO CARLOS SANTANA NA REUNIÃO DO DIA 23 DE MAIO DE 2007.

Sr. Presidente,

Srs. Deputados, Sras. Deputadas;

Início o meu pronunciamento hoje, saudando o Município de Escada pelos seus 134 anos de emancipação política.

O município que já foi chamado de **Aldeia de Nossa Senhora da Escada de Ipojuca** foi habitado no Século XVII por 03 tribos indígenas; as tribos Meriquitos, Potiguares e Tabaiares.

Em sua divisão Territorial, constam 02 Distritos: Escada (sede) e Freixeiras. A população atual é de aproximadamente 70 mil habitantes e tem como limites, os Municípios do Cabo de Santo Agostinho e Vitória de Santo Antão ao norte, ao sul com Sirinhaém e Ribeirão, a leste com Ipojuca e a oeste com Primavera.

Entre os seus Municípes, destaca-se, entre outros, O artista Plástico Cícero Dias, Cuja essa casa recentemente fez bonita homenagem pela passagem do centenário do seu nascimento.

A base da economia está consolidada na monocultura açucareira e na indústria de transformação, quer seja, na construção civil, no comércio e em serviços de um modo geral.

Com seus 350 km², está inserido na Mata Sul do estado e próximo ao Complexo Industrial Portuário de Suape.

Possui extensa área rural e poderá abrigar futuros projetos habitacionais e industriais no entorno de Suape, podendo no futuro próximo, vir a fazer parte da Região Metropolitana de Recife.

Portanto nobres colegas, eu deixo aqui os meus mais sinceros votos de congratulações aos moradores da vizinha cidade de Escada por mais essa importante data.

A todos, o meu muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO DA DEPUTADA ELINA CARNEIRO NA REUNIÃO DO DIA 03 DE MAIO DE 2007.

Senhor Presidente,

Senhoras Deputadas,

Senhores Deputados,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração dos meus ilustres pares, o Projeto de Lei objetivando instituir e dispor sobre o parcelamento de multas de trânsito no Estado de Pernambuco.

Com a instituição do parcelamento das multas de trânsito no Estado de Pernambuco, será possível os cofres públicos receberem efetivamente os valores correspondentes às multas e demais débitos atrasados que se avolumaram durante os anos.

É de se registrar que dos valores cobrados com a imputação das multas de transito e outros débitos, somente setenta por cento, é efetivamente recebido, ficando sempre pendente em média o quantitativo de trinta por cento.

